

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Luís Felipe Aires Magalhães

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: Elementos para
uma análise totalizante.

Florianópolis, 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA - CNM 5420
PROJETO DE MONOGRAFIA PARA EXECUÇÃO NO SEMESTRE 2009.1**

**O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO (IED) NA AMÉRICA LATINA.
ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE TOTALIZANTE**

Aluno (a): Luís Felipe Aires Magalhães

Assinatura:

Matrícula: 05107334

Telefone e e-mail: (47) 9993 1871 luis_magal@hotmail.com

Orientador: Prof.(a): Nildo D. Ouriques

De acordo:

Entrada na Secretaria do Departamento de
Economia

Em/...../.....

Florianópolis, 2009.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	5
1.2 OBJETIVOS.....	6
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	6
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	7
1.3 JUSTIFICATIVA.....	8
2 METODOLOGIA.....	9
3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	11
3.1 INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO. UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA.....	18
4 UMA VISÃO SOBRE O TODO.....	26
4.1 O IED ENTRE O REFORMISMO E O IMPERIALISMO.....	39
4.1.1 <i>Capitalismo Global e Industrialização Dependente</i>	41
4.1.2 <i>Industrialização e Teorias do Desenvolvimento Econômico</i>	46
5 INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO: UMA INTERPRETAÇÃO CRÍTICA.....	52
5.1 O MITO DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	57
5.2 Os MITOS DA “EMPRESA MULTINACIONAL” E DA “AJUDA EXTERNA”.....	64
6 APARÊNCIA: O PAPEL QUE O IED DESEMPENHARIA NA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA..	71
7 ESSÊNCIA: O PAPEL QUE O IED DESEMPENHOU NA MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA.....	78
7.1 REINVESTIMENTOS: VÁLVULA DE DRENAGEM DE RECURSOS.....	93
8 CONCLUSÕES.....	99
REFERÊNCIAS.....	103

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

O presente trabalho tem como tema o Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina. Como, no entanto, não há uma história pura deste fenômeno, desta formação material capitalista, a análise sobre o IED se relacionará, no âmbito da totalidade concreta das economias latino-americanas, com temas como desnacionalização, abertura comercial e financeira, desemprego e dependência econômica, por exemplo. Desta forma, o tema, desde uma perspectiva mais ampla, é o Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e sua relação com a reprodução sistêmica da dependência econômica deste continente em relação ao centro da acumulação global de capital.

Uma série de problematizações e questionamentos se fazem necessários para a elucidação do caráter desta relação indicada acima. A mais imediata delas seria a própria conceituação de Investimento Estrangeiro Direto: o que é o IED? Como se determina este fluxo de capital? Quais seus efeitos econômicos? A medida em que, no entanto, a análise vislumbra elementos explicativos à estas perguntas, outros inquirimentos se apresentam, relacionados mais intimamente com a essência do fenômeno: de onde parte o capital para este investimento? Quais suas determinantes políticas e históricas? O IED na América Latina é despossado de interesses nacionais e empresariais como a drenagem imperialista dos recursos de um determinado país dependente? É lúcido falar em transferência tecnológica e ajuda estrangeira em uma ordem mundial pautada pelo desenvolvimento desigual? Com o apontamento de possíveis respostas a estas questões e a análise mesma dos discursos e enfoques construídos ao redor deste tema, chegar-se-á, enfim, à pergunta mais representativa e

sintetizadora: há Investimento Estrangeiro Direto nos termos dominantes (empresas ditas “multinacionais” que supostamente desenvolvem economias sub-desenvolvidas a partir da transferência de tecnologia, abertura à concorrência estrangeira e diminuição dos preços pela via da quebra do monopólio estatal – desnacionalização produtiva)? A resposta a esta pergunta se dará sob o ponto de vista marxista, partindo das próprias condições concreta das economias latino-americanas.

1.2 Objetivos

A presente pesquisa se desenvolve mediante um conjunto de objetivos gerais e específicos relacionados com a importância do tema abordado e a contribuição que a análise aqui desenvolvida pretende dar ao debate econômico e político. Tendo estas preocupações mais amplas como plano de fundo, o trabalho analisará também um conjunto de temas relacionados ao principal, sobre os quais, por sua vez, objetivos secundários serão buscados. A síntese dos objetivos gerais e específicos consiste na razão de ser desta pesquisa, isto é, sua contribuição científica e política como superação dos enfoques existentes e crítica ao capital imperialista estrangeiro.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta monografia é apontar, alicerçado em dados e enfoques teóricos de perspectiva crítica, que o Investimento Estrangeiro Direto na América Latina, como demonstrou o economista alemão André Gunder Frank para a década de 1950 (Frank, 1971, p. 57), não é “nem grande e nem pequeno, é negativo”. A consecução deste objetivo requer uma longa análise das estruturas econômicas, sociais e políticas da América Latina, as quais permitem e legitimam a integração subordinada de

um continente inteiro às demandas do centro hegemônico de acumulação do capital no âmbito de um sistema capitalista global, tornando possível que os investimentos estrangeiros drenem sistematicamente os recursos econômicos e sociais da região. A consecução deste objetivo significará, por sua vez, a negação e superação de uma enraizada perspectiva teórica voltada à legitimação desta modalidade de recolonização como racional, economicamente necessário e positiva do ponto de vista da competitividade externa.

1.2.2 Objetivos Específicos

O objetivo geral descrito no item anterior requer um desenvolvimento teórico e metodológico em que temas relacionados à questão central apresentam outros campos férteis ao debate político e econômico:

- a intensificação da abertura comercial e financeira das economias dependentes latino-americanas como produto de uma estratégia recolonizadora, executada mediante sucessivas ondas de modernização capitalista;
- a opção pela exportação como resultado lógico de uma economia voltada ao setor externo e de mercado interno tão limitado como desigual e;
- a impossibilidade, neste continente, de uma revolução democrático-burguesa que superasse estas condicionantes históricas em razão do caráter anexo e associado das burguesias locais.

A consecução destes e outros objetivos secundários se faz necessária para o entendimento dos elementos teóricos e analíticos que tornarão possíveis a consecução do objetivo geral.

1.3 Justificativa

O enfoque crítico marxista desta pesquisa justifica-se em razão de suas enormes contribuições ao debate político e econômico suscitadas a partir de uma análise totalizante do capital estrangeiro, bem como da distância entre esta perspectiva teórica e metodológica e os currículos e ementas das disciplinas de economia brasileira e economia internacional dos cursos de Economia das universidades brasileiras. Portanto, a importância social destas tarefas expressa a própria justificativa da presente pesquisa.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa constitui-se em uma ampla análise dos enfoques teóricos a respeito do Investimento Estrangeiro Direto (IED), sobretudo deste em sua relação com as economias latino-americanas, em especial a brasileira, no capitalismo mundial.

Para tal, a análise parte de um resgate teórico e metodológico do Investimento Estrangeiro Direto como produto da acumulação capitalista, histórica e socialmente condicionado, portanto. Nesta seção, que chamamos de “justificativa teórica e metodológica”, buscou-se precisar, desde um ponto de vista mais amplo e conceitual, o IED enquanto elemento integrante de uma totalidade capitalista, de fundamental importância para a análise de como esta estrutura se desenvolve a partir do desenvolvimento desigual de suas partes e da transferência de renda engendrada entre elas, da periferia ao centro. Esta seção cumpre uma função metodológica crucial tendo em vista que ampara o caminho percorrido nas seções seguintes.

Após a “justificativa teórica e metodológica”, avançamos, já com o domínio de algumas categorias centrais (como tempo e espaço, aparência e essência, movimento, todo e parte), para o estudo da história, em especial o estudo da história do sistema colonial em que se formam as bases da sociedade dependente latino-americana. Nesta seção, chamada de “Uma visão sobre o todo”, resgatamos de maneira muito breve mas precisa os contornos econômicos, sociais e políticos do passado colonial latino-americano e seus efeitos condicionantes sob a forma de uma integração subordinada à economia mundial. É a este momento em que buscaremos superar a visão dual acerca de nossa estrutura sócio-econômica e definí-la mais precisamente como dialética, parte integrante de um sistema global (produto e produtora dele) em movimento e que

reproduz, no seio desta sociedade, as desigualdades (de classe, regionais, de renda etc) que a fazem dependente. Faremos isso pois a visão dual, tinte própria dos estudos cepalinos e conceito que dá margem à necessidade de uma pretensa modernização capitalista, lastreia-se em uma falha metodológica e em um erro de interpretação muito claros: a coexistência de um setor arcaico e outro moderno na economia latino-americana foi tida como o principal fator restritivo ao desenvolvimento, quando foi, a partir de uma análise centrada na totalidade, justamente a maior força da dinâmica deste desenvolvimento: “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado', se se quer manter a terminologia” (OLIVEIRA, 1977, pág. 9). Caracterizar o arcaico como impeditivo do moderno é ignorar o caráter dialético do desenvolvimento capitalista, acreditando ingenuamente que este possa se dar de forma homogênea e equilibrada na América Latina.

Uma vez percorrida esta importante etapa de nossa análise, daremos continuidade, respaldados por uma visão materialista da história latino-americana, ao estudo teórico do Investimento Estrangeiro Direto, fazendo uma breve “revisão teórica” sobre os enfoques analíticos construídos em torno desta categoria e abrindo uma via explicativa para a contribuição fundamental deste trabalho, qual seja, uma análise crítica a respeito do papel que o IED desempenharia nas economias latino-americanas e o papel que o IED de fato desempenhou, questionando neste ínterim o conceito mesmo de um investimento estrangeiro. Para o primeiro papel, analisamos o discurso dos governantes, economistas e cientistas sociais que se puseram favorável à realização de uma modernização capitalista baseada em reformas atraídas de IED, como a liberalização comercial, financeira e da conta de capitais. Da contraposição deste discurso com a prática, elaboraremos, à luz da Teoria Marxista da Dependência (respaldados, portanto, por uma análise das teorias do desenvolvimento e um resgate do

processo de industrialização dependente na América Latina), uma perspectiva própria sobre a real função do Investimento Estrangeiro Direto na América Latina. A seção dedicada à análise do discurso chama-se “A Aparência: o papel que o IED desempenharia na modernização capitalista”. A seção seguinte, dedicada à construção de uma teoria marxista sobre o IED na América Latina sob a perspectiva da dialética da dependência, chama-se “A Essência: o papel que o IED desempenhou na modernização capitalista”.

Após este longo caminho teórico e metodológico, em que buscamos uma ampla base conceitual e filosófica que nos respaldasse no estudo do IED não como coisa em si ou mero fator econômico, mas uma síntese histórica das relações de desenvolvimento desigual, transferência de renda e acumulação capitalista, avançamos para uma análise teórica mais profunda a partir de um prévio resgate histórico e, desta análise teórica, contribuimos com a superação de teorias limitadas e com a construção de uma perspectiva mais crítica e materialista sobre o IED, sintetizando os resultados obtidos em uma seção que chamamos de “Conclusões”.

3 Referencial Teórico e Metodológico

"La manera como se presentan las cosas no es la manera como son; y si las cosas fueran como se presentan la ciencia entera sobraría." (Karl Marx)

A realidade objetiva e concreta é múltipla, visto serem múltiplos os aspectos fenomênicos que a compõem. Dessa forma, a observação e demais atividades humanas defrontam-se com uma realidade, formal, que não é propriamente aquela que o cerca. Por isso, toda a observação, todo estudo e mesmo toda a atividade prático-cotidiana dos

homens devem orientar-se não ao fenômeno em si, mas sim às relações empreendidas entre suas várias partes, vários aspectos, e também às relações desempenhadas entre este fenômeno em questão e os outros. Seguindo esta lógica, é deveras necessário não apenas o desmembramento¹ do fenômeno em si, com o intuito inequívoco de delimitar as suas partes, mas também a tomada deste fenômeno no âmbito de um marco a ele superior, mas o qual ele integra enquanto parte: a totalidade concreta. “Para não se perder em face dos múltiplos aspectos fenomênicos da realidade que a autêntica *práxis* vai desenvolvendo, o conhecimento humano precisa discernir no real, a cada passo, a *unidade dialética da essência e do fenômeno*” (KOSIK, 1989, p.14). O conhecimento tem de se valer, neste sentido, de um caráter totalizante, de maneira a compreender o fenômeno não apenas em suas particularidades, mas em suas ligações, contradições, movimentos. No que consiste, entretanto, a categoria da totalidade, base teórica e metodológica de nossa interpretação sobre o IED?

Conceitualmente, o filósofo soviético Alexandre Cheptulin nos apresenta uma boa definição. Diz ele que “o todo representa o objeto (processo e fenômeno), incluindo em si, na qualidade de parte constitutiva, outros objetos organicamente ligados entre eles (fenômenos, processos, relações) e possuindo propriedades que não se reduzem às propriedades das partes que o constituem” (CHEPTULIN, 1982, págs. 270 e 271). Para além dessa definição, estática, podemos conceber a totalidade concreta como a própria realidade manifestada em suas leis, as quais lhe são íntimas, como também um elemento metodológico de crucial importância na distinção entre dialética e metafísica. A totalidade concreta, reforça-se, corresponde à realidade, em desenvolvimento e auto-criação. Não se trata, em hipótese alguma, de um conjunto de partes do todo, senão das próprias partes em unidade dialética: a totalidade não é a somatória de suas partes, de suas manifestações fenomênicas, mas sim a unidade dialética destas. Retomando Kosik,

¹ “Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, *sem decomposição não há conhecimento* – demonstra uma estrutura análoga à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo” (KOSIK, 1989, p. 14)

a totalidade concreta deve ser o ponto de partida da investigação dialética, o que nos indica que o fenômeno pode ser visto como momento do todo, como uma expressão do todo. Nesta condição, em cada fenômeno particular se observa uma dupla função: ele define a si mesmo e também ao todo, ou seja, é produto e produtor; é revelação e revelador. “A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta *concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo*” (KOSIK, 1989, p.50)

A totalidade configura-se, neste sentido, como um elemento de grande importância na esfera do método, em especial o método de investigação. Sobre a categoria da totalidade, repousa o caráter verdadeiramente revolucionário assumido pela dialética materialista a partir dos fundadores do marxismo, segundo o qual a realidade, enquanto seja um todo orgânico em suas múltiplas partes, em seus múltiplos momentos, jamais será compreendida sem o entendimento das relações e ligações das diversas partes do todo, estas em constante movimento. Este movimento, por seu turno, se dá, no interior das formações materiais, em decorrência das contradições entre as partes e, no que tange à realidade concreta em suas múltiplas manifestações, o movimento origina-se da contradição entre os fenômenos. Na compreensão dessas contradições, a dialética desvenda “as leis gerais do movimento e, portanto, de um movimento que não é evolutivo, que não é acompanhado pela passagem do inferior ao superior, mas que apresenta mudanças regressivas ou um movimento circular – repetição do passado sobre a mesma base” (CHEPTULIN, 1982, ps.313 e 314). O movimento então se evidencia como a modificação oriunda da luta dos contrários, de modo que a matéria só existe no movimento, da mesma forma que o movimento só existe na matéria.

A apresentação de um marco metodológico em vias de sustentar a argumentação teórica desenvolvida neste trabalho fundamenta-se no fato de não existir uma história própria do Investimento Estrangeiro Direto (IED), ou seja, uma história puramente sua,

cuja existência significaria a possibilidade real de estudar este fenômeno enquanto coisa em si, fechada, absolutamente determinada por um fator econômico qualquer que justifique esta transferência de valor. Agir neste sentido, partindo de uma possibilidade que é apenas formal, acarretaria um erro metodológico pesadíssimo, a partir do qual toda a argumentação teórica se resumiria em propaganda da ordem estabelecida, direcionada à sua legitimação enquanto “racional”. Esta tarefa, os manuais de economia têm cumprido bem.

Neste trabalho se pretende ir além: a tomada de uma possibilidade real e metodologicamente coerente nos marcos da dialética materialista, aqui fundamentada no estudo do Investimento Estrangeiro Direto enquanto parte integrante de uma totalidade e, com isso, ligado a fenômenos políticos e sociais que engendram efeitos, sejam estes diretos ou indiretos, sobre uma classe até então não envolvida no processo, faz desta exposição uma busca pela essência do fenômeno, pela dinâmica da formação material em questão. Logicamente, não se trata da ilusória e ingênua tentativa de abstenção de qualquer juízo de valor, uma vez que a problemática, desenvolvida no método de pesquisa, sempre conta com um apelo classista e ideológico que faz das respostas, desenvolvidas no método de exposição, uma continuação da escolha valorativa, todavia também científica, não apenas pelos dados suficientemente elucidativos aqui apresentados como também pela validade filosófica do marco teórico-metodológico que os sustentam.

Compreender o IED no âmbito deste marco significa apontá-lo como um produto também histórico. Entendê-lo enquanto fruto de relações sociais historicamente constituídas e por isso mesmo transitórias é necessariamente a via de sua elucidação. Por meio desta perspectiva, gradua-se esta transferência de valor como fato social, portanto sujeito a leis que não são propriamente as mesmas que regem o volume de chuva que cai sobre uma cidade numa determinada estação do ano ou as leis que ilustram o funcionamento do sistema nervoso nos seres humanos, por exemplo. As leis

que regem a determinação dos fluxos de IED, seu sentido e seu volume, são outras, e estão intimamente ligadas à dinâmica do desenvolvimento capitalista na América Latina e sua forma objetiva de ligação com o capitalismo mundial, estrutura complexa e sujeita também a leis sociais. Da mesma forma é histórica a compreensão humana acerca dos fenômenos, uma vez que o sujeito da investigação está inserido na mesma realidade objetiva que ele tenciona estudar. Como produto e produtor desta realidade, o sujeito social concebe as categorias da realidade à medida que a fragmenta: este método tem valor não apenas teórico como também prático.

Ao se estudar o Investimento Estrangeiro Direto como produto histórico e social, não somente as categorias de totalidade, aparência, essência, movimento e contradição são importantes. É preciso avaliá-lo também em conformidade com as categorias de tempo e de espaço. “A extensão das formações materiais particulares e a relação entre cada uma delas com as outras formações materiais que a rodeiam é o espaço” (CHEPTULIN, 1982, p. 181). O IED, portanto, tem a propriedade de produzir seu espaço à medida que se relaciona com outros fenômenos. Isto significa que o desenvolvimento desigual, do qual o IED se origina, é pelo próprio IED reproduzido no interior das economias dependentes, aprofundando nelas os pólos regionais de acumulação dependente, como o eixo Rio-São Paulo no Brasil, o norte chileno, o Estado de Santa Cruz de la Sierra na Bolívia etc. Estes eixos nacionais de acumulação dependente, em que o subdesenvolvimento está ainda mais desenvolvido nos dizeres de Gunder Frank, atuam como satélites dependentes das economias centrais, e só existem em sua íntima relação com elas, em sua integração subordinada ao centro da economia mundial. O conceito mesmo de “desenvolvimento desigual” é causa e efeito do Investimento Estrangeiro Direto e, ademais, de seu sentido centro-periferia-centro. Seria idealista, no entanto, acreditar que este conceito nasce do IED ou este é sua única forma de reprodução. Há, segundo Ernest Mandel (MANDEL, 1982), um desenvolvimento desigual na materialidade da produção, ou seja, nas unidades de produção e nas partes

constitutivas do capital. Está no seio das relações de produção e, por isto, conduz “também a um desenvolvimento desigual entre o capital fixo e o capital constante circulante, a um desenvolvimento desigual entre a taxa de acumulação e o exército industrial de reserva e a um desenvolvimento desigual entre o desperdício improdutivo de mais-valia e a crescente composição orgânica do capital” (MANDEL, 1982, pág. 27). As partes de que se compõe o capitalismo mundial desenvolvem-se de forma desigual e é esta desigualdade a base material da reprodução ampliada do capital. A forma pela qual o IED reproduz o desenvolvimento desigual corresponde ao caráter imperialista da interferência do centro na periferia: “o país cresce num ambiente sem homogeneidade histórica, onde há nações em graus diversos de desenvolvimento, as mais fortes exercendo pressões e influências retardadoras sobre as mais fracas” (PINTO, 1960, pág. 29). O que este importante e marginalizado filósofo brasileiro, Álvaro Vieira Pinto, nos indica é que as empresas estrangeiras atuam como entraves ao desenvolvimento do país periférico, pois o desenvolvimento gerado neste é voltado para o país central, razão pela qual, não obstante o credo dogmático e religioso de um sem número de economistas e sociólogos dos países dependentes, é ingenuidade acreditar que o desenvolvimento da periferia pode se dar mediante a ajuda estrangeira. Esta crença é, precisamente, um dos dois sofismas existentes sobre o tema do desenvolvimento, segundo Vieira Pinto. Trata-se da

afirmação de que o desenvolvimento de um país subdesenvolvido tenha de ser feito por outro que esteja em condições de pleno desenvolvimento. É esta uma enganosa concepção, cujos efeitos são os mais nocivos à nação que começa a despertar para um grande esforço histórico. Se nesse momento ouvir dos seus dirigentes e pensadores políticos responsáveis palavras que veiculem essa tese, estará perdida, porque nela se instalarão mecanismos inibitórios das disposições criadoras, as quais perderão o impulso endógeno, sob a influência dessa concepção errônea (PINTO, 1960, pág. 98).

Esta interpretação do IED em termos de espaço é profundamente relevante a

medida em que tem sido exaustivamente trabalhada no âmbito da Teoria das Cadeias Mercantis dissociada, no entanto, da categoria de totalidade, ou seja, somente do ponto de vista do comércio intra-firmas e sem uma análise do caráter dialético do desenvolvimento do capitalismo em escala global através do desenvolvimento desigual. Mais adiante neste trabalho, voltaremos a fazer menção crítica a esta teoria, especificamente sobre a ausência nestas de uma análise a respeito da forma específica de drenagem de recursos nestas cadeias, qual seja, a manipulação dos preços das mercadorias que circulam entre matriz e filiais de uma mesma empresa multinacional.

O IED produz também seu próprio tempo, já que este pode ser entendido como “a duração da existência das formações materiais e a relação de cada uma delas com as formações anteriores e posteriores” (CHEPTULIN, 1982, p. 181). O IED no sentido desta pesquisa, tem como espaço o continente latino-americano, numa colocação que ultrapassa o sentido restritamente geográfico da palavra e contempla no quadro desta categoria a posição econômica, política e social ocupada pela América Latina no mercado mundial. O tempo aqui estudado é o período da modernização capitalista na América Latina, ou seja, da segunda metade do século XX em diante. Alguns autores designam este período como “abertura econômica”, expressão equivocada uma vez que se trata de um continente inteiro escancarado às interferências estrangeiras, e por elas mesmo incorporado a partir do momento de sua ocupação. O que há é uma mudança qualitativa no caráter dependente destas economias, em que a drenagem de recursos dá-se de formas outras que não unicamente comercial. A tese de uma “abertura econômica” resulta errônea pois sofre, bem como o termo “globalização”, de uma ausência de base material, ausência esta que oculta o caráter colonial da formação das relações de produção capitalistas na América Latina. Sobre esta falha e o porquê de usarmos, no âmbito deste trabalho, o conceito de modernização capitalista, voltaremos a tratar mais à diante.

O IED, enquanto formação material, sujeita, portanto, ao movimento, tem sua

essência justamente naquele momento interior seu que permanece estável e único não obstante os movimentos, os saltos (evolução e revolução, conforme a ação da ruptura sobre o tipo qualitativo do fenômeno) e contradições que lhe são inerentes e características. Analisar qual o caráter desta essência é o objetivo primordial desta pesquisa. Para tanto, foram analisadas diversas fontes, as quais compuseram, de modo geral, dois pontos de vista distintos e opostos a respeito do Investimento Estrangeiro Direto. Deste confronto, a tomada de partido, absolutamente científica nesse caso, foi não somente inevitável mas sobretudo necessária: de fato, grande parte dos estudos sobre o IED limitam-se a analisar sua dinâmica em termos de organização empresarial, marginalizando ou mesmo ignorando temas como remessas de lucros, dependência tecnológica e desnacionalização, apenas para citar alguns. O esforço de uma síntese destas determinações resulta do caráter político destas páginas, comprometidas com a superação das formas atuais de ocultação da dependência na América Latina.

Ao longo do desenvolvimento, serão trabalhados conceitos técnicos, como as variáveis do Paradigma Eclético, de Dunning, e também expressões de domínio popular, como é o caso da taxa de desemprego. Não é, contudo, uma pesquisa dividida, cindida. Pelo contrário: a oposição é elemento metodológico na busca da unidade representada pela totalidade concreta, na qual o Investimento Direto Estrangeiro se insere apenas enquanto parte, incompreensível se a tomarmos individualmente.

3.1 Investimento Direto Estrangeiro. Uma breve revisão teórica

A partir do início da década de 1990, a maioria dos estudos sobre Investimento Estrangeiro Direto tem se concentrado em fatores de orientação microeconômica, marginalizando temas como o imperialismo e a dependência tecnológica. Ou seja, as análises consideram como principais determinantes as características das empresas estrangeiras presentes nesta trama. Desta maneira, a literatura acerca do IED enfoca principalmente a necessidade destas empresas por matérias-primas mais baratas, sua fuga de impostos e outras barreiras comerciais e o interesse por taxas de lucros maiores (OHLIN, 1933). Neste sentido, estes seriam os fatores principais, mas o Investimento Direto Estrangeiro não se daria, segundo estes primeiros estudos, se a empresa estrangeira não apresentasse vantagem em relação às empresas dos países receptores destes investimentos. Com isso, para que houvesse IED seria necessário um mercado de concorrência imperfeita na periferia, no qual os produtos do centro deveriam ser diferenciados dos produtos da América Latina. Necessária também seria a vantagem técnica que as “multinacionais” deveriam apresentar para efetivar o aporte de capital nos países dependentes². Sem esta relação de vantagem da empresa estrangeira frente à empresa latino-americana e fosse o mercado desta região diferente, o investimento não se sentiria atraído e o capital nem sairia de seu país³.

No que se refere a esta base teórica preliminar, podemos apontar ainda a diferenciação entre IED vertical e IED horizontal. No primeiro, a empresa multinacional se instala no país receptor de capital e neste estrutura a sua produção de forma a produzir apenas matérias-primas, as quais, por conta de benefícios concedidos por parte dos governos, de uma legislação ambiental inapta e impraticada e também em virtude de salários mais baixos na periferia que no centro, seriam vendidas por um preço conveniente aos países investidores. Portanto, o IED vertical se caracteriza por

² Para leituras mais aprofundadas, recomenda-se a leitura de HYMER, S. **The international operations of national firms: a study of foreign direct investment.** (Ph.D dissertation), 1976.

³ Maiores informações podem ser obtidas em KINDLEBERGER, C. P. **American business abroad: six lectures on direct investment.** New Heaven: Yale University, 1969.

representar um tipo de produção na filial e outro tipo na matriz. A matéria-prima produzida na América Latina simboliza o trabalho bruto, pesado, com pouca utilização de tecnologia (a que é usada vem justamente sobre a forma de IED, ou seja, tecnologia obsoleta) e uso extensivo de uma força de trabalho barata e vasta. Na matriz, por outro lado, a produção é intensa e voltada para a transformação destes objetos de trabalho em bens industrializados, os quais são vendidos para a América Latina. Tem-se, com isto, uma empresa maquiladora que atua em diversos países. A periferia compra os produtos que em parte ajudou a produzir. O IED horizontal é, por sua vez, definido como a entrada no país de uma empresa multinacional que visa produzir as mesmas mercadorias que são produzidas por esta empresa no seu país sede. Um dos argumentos de que se vale para a aceitação social de tal processo (ainda que esta seja desnecessária tendo em vista as ferramentas ideológicas do ocultação do significado colonizador da entrada do capital estrangeiro na América Latina) é a de uma suposta transferência de tecnologia com a vinda do capital monopolista. Trabalharemos mais detidamente esta questão em outro momento mas, por ora, e para enquadrar esta interpretação ortodoxa do IED em sua real significação, podemos adiantar que tal transferência é inexistente, pois, derivando de processos intensivos e altamente custosos de Pesquisa e Desenvolvimento, a tecnologia corresponde ao elemento central de todo e qualquer processo civilizatório, de toda e qualquer expansão capitalista. Seria ingenuidade, mais uma vez, acreditar que a tecnologia possa se transferir: tal pressupõe uma transferência da ciência aplicada ao desenvolvimento capitalista e dos centros controladores deste investimento em PeD. Pressupõe, portanto, um ilusório interesse dos países centrais de distribuir o motor de seu desenvolvimento, qual seja, a utilização monopólica de tecnologia. “Ou seja, quando, no seio das empresas multinacionais se transfere tecnologia da matriz a uma subsidiária através do comércio intra-firma, se retém o controle e não há propriamente um deslocamento de tecnologia de um país a outro” (AGUILAR et al, 1986, pág. 35). Tudo o que há nada mais é que um deslocamento no

espaço de unidades de produção capitalistas, e um uso usurpativo dos recursos nacionais que encontram, drenados aos países centrais sob variadas formas (comerciais, contábeis, jurídicas, financeiras etc).

De forma geral, a exportação por estas empresas supra citadas de seus produtos aos países do centro caracterizam-se como uma estratégia de diminuição do tempo de trabalho necessário, por meio do consumo entre a massa trabalhadora destes produtos, mais baratos. Com isso, o proletário não apenas reproduz sua força de trabalho a um valor inferior, mas também, e como consequência, possibilita à classe capitalista aumentar seus lucros com a diminuição relativa do salário, não acompanhada neste caso de uma redução muito significativa das condições de vida do proletariado central, dada a função essencial da América Latina em mantê-las. O que está no seio deste processo é o estabelecimento dos salários na periferia latino-americana a um nível insuficiente para a satisfação de necessidades básicas da classe trabalhadora como um dos mecanismos burgueses de transferência dos prejuízos decorrentes da estrutura desigual do comércio internacional via super-exploração do trabalho. O outro mecanismo é precisamente o sub-imperialismo, embora a este limites materiais são estruturalmente postos, os quais fogem desta seção de nosso trabalho e serão analisados quando da análise da essência do IED na América Latina. Os dois mecanismos são instrumentos de compensação da mais-valia criada mas não apropriada internamente pela burguesia débil latino-americana. O comércio mundial, as ferramentas financeiras de extração de divisas e a

remessa de lucros cumprem função central nesta transferência de valor da periferia ao centro. Esta transferência, estrutural, visa ser compensada, portanto, por mecanismo internos às economias latino-americanas, como a super-exploração da força de trabalho e o sub-imperialismo.

A evolução teórica dos estudos sobre IED adquire nova configuração no “Paradigma Eclético” de Dunning, o qual pode ser interpretado como a conjugação de três fatores específicos no âmbito do IED: o tipo da empresa estrangeira envolvida no investimento; a região ou país de interesse desta empresa e, por fim, o tipo da firma relacionada com o investimento. A este “Paradigma Eclético” somam-se fatores de três ordens que determinam o caráter do Investimento Estrangeiro Direto. São eles: as vantagens de propriedade, os benefícios de internalização e as vantagens locacionais. Por vantagens de propriedade se entende a presença de ativos (tangíveis e intangíveis) nestas empresas monopolistas, e somente nelas. Ou seja, estas empresas apresentam vantagens físicas e técnicas que as colocam numa condição superior às empresas latino-americanas. A estrutura do mercado local beneficiará o capital estrangeiro.

Os benefícios de internalização correspondem às vantagens de que a empresa irá desfrutar pelo fato de estar se “multinacionalizando”. Ao momento desta internalização, os ativos da empresa são valorizados, sendo a ela então melhor internalizá-los que propriamente vendê-los⁴.

⁴ Maiores informações sobre estes fatores que se adicionam ao “Paradigma Eclético”, bem como sobre a evolução teórica do IED podem ser encontradas em SÁ, MARCELO MORGADO DE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Economia. **Determinantes do investimento direto externo (IDE) no Brasil** : uma análise gravitacional. Florianópolis, 2006. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

Finalmente, as vantagens locacionais congregam fatores como a estrutura sob a qual está o mercado dos países receptores destes investimentos e as políticas desempenhadas pelos seus governos.

Com isso, Dunning vem dizer que o capital estrangeiro está à procura de novos mercados, novos recursos, maior eficiência e ativos importantes para seu estabelecimento enquanto empresa mundial. Aos países “emergentes”, resta competirem entre si para apresentar o cenário mais favorável possível a este IED, de forma que tal capital se sinta atraído a migrar⁵, o que inseriria este país no mercado mundial de comércio⁶.

Entretanto, estudos mais atuais sobre IED têm demonstrado enfoque mais específico sobre a influencia exercida por fatores macroeconômicos no fluxo do investimento. Variáveis como PIB, inflação, burocracia do aparato estatal e o próprio risco financeiro destes investimentos são postos como fatores determinantes. O foco destas análises se distancia das características empresariais e se concentra naquele que é de fato o motivo maior destes investimentos: o que os países que o recebem têm a lhes oferecer nos âmbitos comercial e financeiro. Com isto, os fatores políticos ganham destacada relevância, por meio de incentivos oferecidos pelos governos e de concessões aos impostos sobre renda da empresa multinacional. Persistem, todavia, fatores “não-políticos” (apenas para se manter na terminologia dual destes estudos), como a média salarial e a configuração do mercado⁷.

Um estudo mais recente (CAMPOS ; KINOSHITA, 2003) segrega os fatores que atuam sobre o IED em duas distintas categorias: fatores de atração, que englobam o

⁵ Mais sobre o novo regionalismo daí resultante pode ser encontrado em ETHIER, W. J. The new regionalism. Economic Journal, v.108. Blackwell Publishers, 1998.

⁶ A seguir veremos que o mais “promissor” plano de elevação da participação da América Latina no comércio internacional não resultou nos efeitos prometidos, reproduzindo a condição de dependência dos países latino-americanos frente ao capital estrangeiro.

⁷ LOREE e GUISENGER (1995) detectam na estabilidade política um fator não político. Também enquadram nesta categoria o fosso cultural entre os países envolvidos e as estabilidades econômica e social.

interesse por riquezas naturais e mão-de-obra barata, e fatores de inibição, como a burocracia ineficiente e o desrespeito às legislações latino-americanas. No seio das estratégias de atração de IED estava o tema da “abertura comercial e financeira”, nada mais que uma estratégia recolonizadora dos países dependentes por meio de sucessivas e contínuas reformas “pró-mercado”.

Na década de 1990, os países latino-americanos intensificaram, via de regra, a modernização capitalista, colocada como que premissa básica da efetivação destes investimentos. Neste marco, o IED assumiu a face de um acordo entre países pequenos economicamente com um país grande economicamente, de forma que, como o livre-comércio só se fez presente nos primeiros, por meio de reformas profundas não só na economia mas em todas as esferas da sociedade, enquanto que no segundo o que se observa é a proteção dos seus mercados internos, a relação de dependência se reproduziu e vem se reproduzindo com a continuação do modelo. As sucessivas ondas de modernização capitalista e o sucesso do Consenso de Washington trataram de difundir na América Latina idéias como a de que quanto maior a integração econômica – integração de vários pequenos países com um grande, onde os primeiro situam-se como que dentro da órbita de influência do segundo ou, em outras palavras, no interior da “zona privativa” deste – maiores também os benefícios proporcionados aos países latino-americanos. O respeito de sucessivos governos aos contratos firmados por anteriores expressa não apenas o poder político destas empresas imperialistas, senão que a própria debilidade de suas burguesias nacionais a se colocarem como nacionais de fato, ou seja, a assegurarem para si a apropriação do excedente criado. Respeitam os contratos internacionais pois estão absolutamente comprometidas com a dependência, sendo sócias menores dos lucros daí advindos.

O resgate teórico do IED foi traçado aqui com a preocupação de expressar sempre um tratamento crítico, de maneira a apontar o cunho político e não apenas econômico presente em cada investimento de um país central na América Latina e

relacionar a estrutura desigual do capitalismo mundial como motor desta circulação de capital. O aporte de capital não é, portanto, fruto da necessidade de ampliar laços de integração de uma nação com outra, mas sim se apropriar de maior parcela da mais-valia criada na periferia.

É necessário, então, contrapor a esta concepção de IED, que não leva em consideração os elementos estruturais do capitalismo mundial, uma outra concepção, que necessariamente expresse esta correlação de forças ignorada pela literatura tradicional sobre IED. Este é precisamente o objetivo primordial destas linhas. Para que tal possa ser alcançado, entretanto, faz-se necessária uma síntese da posição ocupada pela América Latina no capitalismo mundial e uma revisão teórica sobre o próprio conceito de Investimento Estrangeiro Direto. Deste modo, a fim de se estruturar um apontamento crítico do IED, será apresentada, como forma de justificá-lo, uma análise da posição da América Latina no contexto do mercado mundial, por meio de uma visão totalizante e histórica sobre as formas de produção aqui executadas, bem como a que interesses elas servem. Com isso, as condições materiais necessárias para se estabelecer os nexos desempenhados entre IED e dependência nas relações centro-periferia permitirão não apenas a conceitualização deste fenômeno como também a análise deste em suas relações com o todo. Assim, far-se-á necessário um desvio metodológico entre como o IED se apresenta – sua aparência – e como efetivamente se dá sua dinâmica

interna – sua essência. A categoria da totalidade é de vital importância nesta tarefa, que visa elucidar o caráter político e não apenas econômico deste investimento.

4 Uma Visão Sobre o Todo

O processo de ocupação, conquista e incorporação da América Latina ao contexto do capitalismo global pode ser definido como a criação da periferia pelo centro. Esta apropriação se dá primeiro no âmbito do sistema mercantil mundial, dentro do qual se começa a se configurar uma determinada divisão internacional do trabalho, berço da deterioração dos termos de troca entre países dependentes e países centrais. Neste sentido, têm-se clara e rigidamente definida a pauta de exportação de cada país

envolvido nesta trama. A periferia do sistema, marginalizada e completamente subordinada ao centro de acumulação, envia aos países centrais produtos primários, tais como açúcar, algodão, borracha, banana, café, metais e os atuais soja, carne de frango e serviços e rendas de capital. O que determina esta divisão na produção não é nenhum elemento de nenhuma teoria do valor, apesar de constantemente economistas e sociólogos representantes das classes dominantes usarem estes elementos para explicá-la (o que corresponde não a uma explicação, mas a uma ocultação dos fundamentos políticos da divisão internacional do trabalho). O que fundamenta de fato esta divisão é o uso da política enquanto instrumento de dominação humana e a hegemonia do valor de troca nas relações econômicas internacionais. A América Latina, desta forma, se especializa na produção primária não por que tal é mais lucrativo segundo a “teoria das vantagens comparativas”⁸, mas por que assim foi estabelecido com o uso da cruz e da espada, ou seja, com o uso consciente e objetivo da política. O exclusivismo comercial representa, com isso, a determinação não apenas dos produtos a serem comercializados, mas também dos países envolvidos neste comércio colonial. Os países centrais, por sua vez, remetem aos primeiros bens manufaturados a partir daqueles produtos primários listados anteriormente. Mais importante que os produtos representantes destas relações centro-periferia é o caráter espoliador e violento que a produção assume. Ou seja, no invólucro material das mercadorias cambiadas entre centro e periferia encontra-se não

⁸ Para eventuais aprofundamentos, recomendo a leitura de RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965. 512p. O capítulo VII, dedicado ao comércio exterior, apresenta a idéia de David Ricardo de que, com cada país se especializando na produção daqueles bens em que tem maior vantagem relativa ou então menor desvantagem relativa, cada deles auferiria maior benefício de seu comércio externo. Para os casos em que determinado país apresentasse vantagem absoluta em dois ou mais produtos (como no Tratado de Methuen, em que Portugal tinha vantagens tanto no vinho como no tecido), Ricardo estabelecia a concentração de capital e trabalho no bem de maior vantagem relativa: “essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao *bem universal* do conjunto dos países” (RICARDO, 1996, pág. 89. Grifo LFAM). Para uma compreensão histórica do quanto esta idéia pode ser prejudicial sob o ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas nacionais, recomendo a leitura de LIST, Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 338p. É da contraposição entre estas duas idéias que nascerá o entendimento acerca do que cada uma delas representa.

apenas a luta de classes de cada uma destas partes do todo, mas também a dominação da primeira sobre a segunda. A mercadoria tem nestas relações, portanto, um duplo fetiche: escondem a luta de classes interna dos países envolvidos e também a subordinação de um em relação ao outro.

A história da produção na América Latina pós-incorporação é a história da formação de um continente tendo em vista unicamente a satisfação dos interesses de outro continente. A América Latina mesmo, como tal, só começa a existir, na perspectiva etnocêntrica do colonizador (estendida historicamente ao colonizado) após esta incorporação. Extasiada com a descoberta de produtos tão diferentes daqueles observados no mercado europeu, os senhores mercantis da distância empenham força, capital e trabalho nesta nova e admirável tarefa: colonizar o “descoberto” continente. A força de trabalho utilizada neste processo é, sobretudo, escrava, obtida da África em troca de um punhado de moedas sem valor, uma garrafa de qualquer bebida alcoólica ou mesmo a promessa enganosa de vida nova em um lugar distante. Quando estas não se faziam atrativas, o tráfico era a solução. Com o uso intenso da mão-de-obra escrava, forjam-se as bases deste sistema que conhecemos como capitalismo mundial. Não obstante a aparência libertária do Modo de Produção Capitalista, obtida sobretudo com o sucesso da dupla revolução para a burguesia, foi do escravismo, da espoliação e da pilhagem que os centros da economia mundial se valeram para a necessária acumulação primitiva. Não de outra maneira, foi esta configuração do comércio internacional que possibilitou aos países do centro o acúmulo de capital de que necessitavam para a explosão da Revolução Industrial, de maneira que, com o apogeu do processo de industrialização inglês, não houvesse um tijolo de um edifício da Inglaterra que não tivesse sido assentado sem o sangue escravo⁹. É desta maneira, com a América Latina

⁹ Esta frase encontra-se em WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975. Busca retratar o quanto o desenvolvimento econômico inglês deu-se em virtude da exploração de outros países por meio de escravidão, comércio triangular e trocas desiguais, legitimadas pelo uso da força e da política. A separação entre o mundo da potestas (política) e da libertas (economia) não faz sentido na análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, o qual só pode ser percebido com a análise destas

em íntimo e intenso contato com a Europa, que se dá o desenvolvimento do capitalismo em escala global, formado em suas partes pela dependência econômica da América Latina e pelo crescimento industrial europeu. São partes do todo: a pobreza não se dá apesar mas sim em virtude da riqueza. Da consideração acerca das partes e do todo, se aúfere a noção de marginalidade dos países latino-americanos face a dinâmica de um capitalismo *sui-generis*.

Enquanto isso, os teóricos da Economia Clássica, representantes de uma classe que emergia ao poder, por meio de suas obras legitimavam enquanto humanamente racional e natural o modo de produção que a seus olhos se edificava. Nem todos, entretanto, eram meros ideólogos, publicitários de um sistema historicamente transitório. Mas já nessa fase de expansão do ideário burguês, além da tentativa de universalização de seus preceitos, de seu modo de operação, observa-se também uma íntima relação entre produção científica e defesa ideológica de uma classe. No desenvolvimento destas idéias, a luta de classes cumpriu uma função importantíssima. Não se pode negar o caráter revolucionário assumido pela burguesia quando da transição sistêmica do modo de produção feudal ao capitalista. É nesta fase que sua produção científica floresce, por enquanto não como defesa de uma classe, mas de um sistema. Entretanto, quando a classe burguesa passa a deter não apenas o poder econômico, mas também o político, a obra científica produzida por esta classe se estabelece como mera propaganda classista, apologética, em vias de legitimação. Esta transição da ciência burguesia – que tem, segundo Marx, seu expoente máximo em David Ricardo – para a propaganda da burguesia – função bem executada por Malthus e a grande maioria dos economistas e sociólogos atuais – se dá não em virtude de a

burguesia estar no poder e passar a aparentemente não ter mais nada a ganhar, mas sim em decorrência do fato de que para esta conquista do poder foi necessária a criação de uma classe sem a qual a burguesia não vive, não reproduz seu modo de vida: o proletariado. Trata-se, então, de ter algo a perder, trata-se de um produto da luta de classes. “Da *automatização* do movimento social nasce – como de algo originário, dado e inderivado –, a ciência da economia política e se evoca a tarefa de descrever *as leis* daquele movimento” (KOSIK, 1989, pág. 82). Estuda este movimento por meio de leis apolíticas e ahistóricas, como que leis orgânicas e naturais, e não leis sociais, socialmente determinadas. A imagem sistêmica do capitalismo é “cientificamente” construída enquanto o primeiro e único dentre todos os sistemas. “O *homo oeconomicus* se baseia na idéia do sistema. O *homo oeconomicus* é o homem como parte do sistema, como elemento funcional do sistema e, como tal, deve ser provido das características fundamentais indispensáveis ao funcionamento do sistema” (KOSIK, 1989, pág. 83). Desta maneira, faz parte do ideário burguês expandido às outras classes sob a forma de “ciência” a figura do *homo oeconomicus*, o qual deve racionalizar seu comportamento e ser egoísta. Neste sentido, é uma abstração humana, mas com certo conteúdo enquanto vinculado ao sistema, especificamente à sua legitimação enquanto racional.

O egoísmo como móvel da ação humana é válido apenas no âmbito de um hipotético sistema em que o homem, ao procurar satisfazer os seus próprios interesses privados, determina o bem geral. Que é este ‘bem geral’ que se apresenta como *resultado*? É o pressuposto e a premissa ideologizada de que o capitalismo é o melhor de todos os sistemas possíveis (KOSIK, 1989, pág. 83).

Quem cria este *homo oeconomicus* não é a teoria, mas o sistema capitalista na

prática: “*A economia é um sistema e uma regularidade de relações nas quais o homem se transforma continuamente em ‘homem econômico’*” (KOSIK, 1989, pág. 84).

Postulando a partir do sistema um homem cuja ação efetive e reproduza o funcionamento deste sistema – particular e apenas um momento das relações sociais de reprodução da vida – a economia clássica, e sua vertente vulgar, não responde adequadamente a questão de sobre que esfera se encontra a causa das ações humanas, também não responde o que é o homem, visto essa questão não ser, propriamente, a sua preocupação. Responder estas duas questões de maneira precisa, nos marcos do materialismo, pressupõe necessariamente o desvio em relação às premissas da Economia Clássica, em especial a forma com a qual elas foram construídas. Assim, temos que as relações sociais empreendidas entre os homens têm como motor não a si mesmo, como o faz a Economia Clássica, mas sim o complexo social que tem na estrutura econômica a unidade das relações sociais, de maneira dialética, de forma que o homem, parte integrante dessa estrutura, é seu produtor e produto imediato. Na posição de produto, tem sua ação condicionada pela estrutura econômica. Na posição de produtor, suas ações condicionam a estrutura econômica. Entretanto, é relevante ponderar que “o primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, *mas do significado central da práxis e do trabalho na criação da realidade humana*” (KOSIK, 1989, pág. 103). Este vínculo entre trabalho e criação, atividade criativa, arte, é rompido pelo capitalismo, que faz do trabalho, antes atividade de auto-criação, um fardo pesado de reprodução das próprias condições de exploração às quais o produtor direto está submetido.¹⁰

Este sistema se reproduz continuamente, sempre explorando mais a força de

¹⁰ Exponho nesta argumentação o trabalho enquanto categoria filosófica, o qual advém de Adam Smith, visto este ter sido quem desvencilhou a categoria trabalho da limitada esfera de criação de riqueza por meio somente da agricultura, universalizando um conceito até então restrito a uma particular atividade econômica. MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Volume 1. Siglo Veintiuno Editores, 1857-1858.

trabalho, ou seja, sempre ampliando o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do tempo de trabalho excedente sobre o tempo de trabalho necessário, da máquina sobre o trabalhador, do produto sobre o produtor direto. O capitalismo, uma vez efetivada a sua potencialidade produtiva, expressa na substituição do trabalho individual pelo social e na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, apresenta, no continente europeu, a própria produção numa escala superior a do consumo, de forma que a procura por novos territórios deva ir então além da expropriação de riquezas: constrói-se a América Latina enquanto mercado consumidor dos produtos europeus, e não latino-americanos, uma vez que a formação neste novo continente de um mercado interno seria contrário aos interesses muito bem definidos da distante metrópole. Diante desta nova prerrogativa, o capitalismo nega as bases que o construíram, ignora o alicerce sobre o qual foi edificado: a escravidão, antes tão necessária para o estabelecimento em caráter global deste novo processo de produção, passa a ser contrária à natureza do capitalismo, expressa numa suposta liberdade de consumo decorrente de uma também suposta liberdade de produção. O exclusivismo comercial, essencial para a construção das relações entre centro e periferia, é relegado, visto ser antagônico ao pretensu e controverso livre-comércio entre as nações do ponto de vista unicamente teórico.

A atual dependência que os países da América Latina apresentam em relação aos países centrais é produzida e reproduzida histórica e sistematicamente pela drenagem de recursos (econômicos mas também humanos no âmbito da migração internacional) efetuada pelos países centrais sobre a periférica América Latina. Em desvantagem no comércio internacional – ocasionada pela diminuição dos preços dos produtos exportados pela América Latina, que nos leva via de regra à inadequação da Teoria das Vantagens Comparativas se fizermos sobre esta uma apreciação crítica em relação ao pressuposto de que os preços devem manter-se estáveis e rígidos – as burguesias latino-americanas recorrem ao aumento da mais-valia como uma forma de compensar estas

perdas. Produz-se mais para se obter a mesma margem de lucro; trabalha-se mais para se receber o mesmo salário. A dependência externa reflete e amplia a luta de classes interna por meio da necessidade de se elevar a exploração da força de trabalho. Uma análise de como este processo se desenvolve no cotidiano prático pode ser visto por meio do historiador cubano Ramiro Guerra e seu livro “Azúcar y Población em las Antillas”¹¹, no qual a desvalorização do preço do principal produto de exportação cubano, o açúcar, se dá por meio de uma safra recorde cuja origem reside na implantação de um sistema de livre produção, sem o controle estatal em termos de quantidade produzida. Esta superprodução fez despencar o preço do açúcar no mercado internacional. O mesmo não aconteceu com os produtos importados por Cuba, já que estes provinham em essência dos países centrais, nos quais o controle da produção por organismos estatais sempre foi uma constante. Desta forma, com a ilha cubana em desvantagem no mercado externo, a saída encontrada pelos grandes latifundiários açucareiros foi elevar produção para obter mesma margem de lucro, repassando a perda para os trabalhadores colonos que passaram a trabalhar mais para receberem o mesmo salário. Não há no referido livro uma sistematização marxista sobre a questão da dependência externa, mas Guerra nos deixa evidente o quanto a subordinação ao “mercado internacional” eleva no âmbito interno do país periférico a mais-valia, de maneira que quanto mais açúcar se produzia, mais seus preços se desvalorizavam e mais açúcar se precisaria produzir para compensar estas perdas.

Segundo o sociólogo brasileiro Michael Löwy, “a maneira de constituir-se a nova sociedade decide, em última análise, o caráter que ela tomará” (LOWY, 1985, pág. 24). Desta proposição podemos auferir duas importantes considerações. A primeira é a de que a sociedade é a identidade de seu processo de formação, de maneira que uma sociedade realmente democrática não se dá por meio de um ato autocrático, por

¹¹ GUERRA, Ramiro. **Azúcar y Población en las Antillas**. La Habana: Editorial Sociales, 1927.

exemplo. Dessa maneira, o que esperar da sociedade capitalista, que nasce do roubo, da pilhagem, da escravidão e do estupro social confortavelmente chamados de acumulação primitiva? A segunda consideração traz uma resposta a esta questão e se ampara em “A Ideologia Alemã”, de Marx: “a única forma verdadeira de libertação é a auto-libertação da classe explorada”. Ou seja, somente inventando é que a América Latina romperá os vínculos de exploração que lhe ligam ao centro do sistema. Esta perspectiva revela-se correta tanto sob o ponto de vista prático – negar qualquer acordo comercial que não tenha como base uma proposta de integração fundada em traços históricos comuns, ou seja, amparada numa identidade latino-americana – como teórico – refletir criticamente a respeito da validade da extensão da ciência ianque-euro-cêntrica a um continente cuja formação social é *sui-generis*, e que precisa, portanto, de uma teoria da revolução própria.

Entretanto, deve-se ter em mente que o passado não determina o presente: não é por que a América Latina foi explorada durante séculos que ela agora se encontra à margem do capitalismo global (à margem embora absolutamente inserida nele). Sua condição de dependência é explicada por meio do passado se efetivando (mais que determinando) no presente. A exploração dos séculos anteriores existiu, mas a posição dependente que a América Latina ocupa neste início de século XXI é dada em virtude da exploração atual, do domínio político e econômico de uma estrutura nacional sobre outra. Em outras palavras: a dominação acontece neste momento, agora! O colonialismo deu lugar ao neocolonialismo. O imperialismo, ao neo-imperialismo. A história se repete, mudando a forma da dominação mas preservando o conteúdo, a essência, dela. Os fantasmas do passado amedrontam os vivos de hoje: muito mais que crônica, nossa dependência é atual!

A forma desta sujeição se alterou com o passar dos anos e ciclos econômicos.

Constante, porém, mantém-se o seu conteúdo. Como no colonialismo mais arcaico e primitivo, ainda hoje se tem bem definido o que cada país produzirá no âmbito do comércio internacional. Apesar de meio milênio, a dominação e a submissão ainda se fazem presentes. É como um vírus que se pensa estar morto, quando na verdade trabalha com toda a sua força dentro do organismo que o acolhe. Amparado e legitimado por organizações internacionais derivadas do neo-imperialismo dos países do centro (como FMI, Banco Mundial e Clube de Paris), este controle de um país pelo outro é facilitado pelo papel exercido pelas elites dominantes da América Latina: um papel de representante local dos interesses externos, desvinculadas de qualquer intenção de promover um desenvolvimento econômico autônomo, que não seja incompleto e reflexo. Estas elites assim agem pois lucram com a dependência, com a submissão: são os exportadores de frango e soja, os industriais e os banqueiros. Os homens que fazem a política econômica dos países da América Latina que ainda se encontram voltados para fora, e não para dentro. Esta política econômica é feita por eles e, principalmente, para eles. Por esta razão, o inimigo, antes de ser externo, tem seus braços dentro da América Latina: são as burguesias débeis e comprometidas com interesses externos. Há, portanto, um inimigo principal (o imperialismo historicamente constituído) e um inimigo imediato (a burguesia débil que acolhe este condicionamento externo).

Por outro lado, sob a ótica dos países centrais, esta nomenclatura, expressa em termos como centro e periferia, autônomos e dependentes, é substituída pelas expressões “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”. Neste ínterim, as relações travadas entre estes dois blocos são, segundo o ponto de vista dos países centrais, relações de ajuda e cooperação. O desenvolvimento dos países menos adiantados se dará, segundo esta concepção, somente se eles estiverem em contato com os países mais adiantados, de onde partem efetivamente estas idéias. Este difusionismo, caracterizado por André Gunder Frank não como uma sociologia do

subdesenvolvimento mas como o subdesenvolvimento de uma sociologia¹², tem em sua aparência simples relações comerciais, culturais e políticas entre países diferentes. Sua essência, porém, revela-se sob a forma de uma série de intrincadas operações, sobretudo econômicas, que ampliam os laços de influência de um país em relação a outro. Embora se afirme, por parte dos países centrais, que o objetivo deste difusionismo seja a equiparação entre “desenvolvidos e subdesenvolvidos”, o resultado concreto dele aparece como o alargamento da distância entre centro e periferia, expresso por meio de discrepâncias no consumo, desenvolvimento econômico de uns em detrimento do de outros e substanciais desproporções entre as taxas de formação bruta de capital fixo (FBCF), apenas para citar alguns pontos, verificadas nos dois blocos de países. Estas observações ressaltam que a ação dos países centrais nos periféricos é voltada para fora, acorrentando, ainda como no período colonial, as possibilidades de formação de um mercado interno, consumidor dos produtos internos, nacionais. Este processo de configuração de uma economia voltada para a satisfação de outra é, como dito, a identidade das relações travadas pela e na América Latina desde sua ocupação. E ela é assim por que somente assim pode ser no desenvolvimento dialético do capitalismo em escala global. Em determinados momentos aquela identidade se expressa mais fortemente, como no final da primeira fase da “globalização” (último cartel do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial ou, como definiu Eric Hobsbawm, a Era dos Impérios¹³). Para Ruy Mauro Marini,

é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são

¹² Recomendo, para aprofundamento sobre este tema, a leitura de FRANK, André Gunder. **América Latina: Subdesarrollo o revolución**. Buenos Aires: Era, 1976. 357p.

¹³ HOBBSAWM, E.J. (Eric J.). **A era dos impérios, 1875-1914**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 546p.

modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (MARINI, 2000, pág. 109).

A partir de então, a influência do capital estrangeiro sobre as economias latino-americanas tem aumentado de forma sistemática. O capital se movimenta entre uma nação e outra, sob as faces mais distintas: como remessas de renda dos emigrantes, de lucros e dividendos das empresas, como doações e transferências entre os países e ainda como Investimento Estrangeiro Direto (IED), efetivados principalmente por empresas imperialistas dos países centrais.

No contexto destas relações entre países centrais e periféricos, o Investimento Estrangeiro Direto se constitui como uma incógnita: qual sua ação no processo de modernização capitalista ocorrido na maioria dos países da América Latina ao longo da segunda metade do século XX, período sobre o qual se concentrará esta análise? Quem ganha e quem perde com estes investimentos? E os países investidores, o que têm a lucrar com isto?

A intenção maior aqui é expor o Investimento Estrangeiro Direto enquanto uma parte do todo, com implicações sociais, políticas e culturais mas cuja ordenação de efeitos são engendrados de maneira especial pela economia, pelo materialismo dialético das relações empreendidas entre centro e periferia. Estas relações enquadram-se em um sistema socioeconômico essencialmente mutável, em movimento. Para Marx, e uma análise nos marcos da dialética materialista o confirma, o capitalismo traz em si um longo processo de desenvolvimento de categorias econômicas, sociais, políticas etc., que fazem deste sistema a chave da forma dos sistemas a ele anteriores, da mesma maneira que a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Assim, o capitalismo de modo algum “começa no momento em que se começa a falar”¹⁴ dele

¹⁴ MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Volume 1. Siglo Veintiuno Editores, 1857-1858.

como tal, mas se insere numa totalidade em constante movimento material, um movimento ordenado pela luta dos contrários, pela contradição interna do sistema, tendendo o capitalismo, com isso, a se transformar em seu oposto, e quando atingi-lo, o movimento continuará, podendo ele retornar a sua forma anterior, sob a mesma base, ou a uma forma mais avançada de relação social, por meio seja da evolução seja da revolução de suas partes.

O IED, como aspecto desse fenômeno, está sujeito ao mesmo movimento. Com a ascensão do nacionalismo popular e de um “socialismo do século XXI”, tão preteridos pelos investidores – os senhores detentores do grande capital monopolista –, sob o argumento de que “não se pode deixar a política interferir na área econômica”, revelará que o que busca o capital estrangeiro são os recursos econômicos (remessas de lucros) e naturais (gás, petróleo, cobre, etc.) dos países receptores destes investimentos. A nacionalização dos recursos naturais e o controle estatal dos recursos econômicos acirram o embate entre trabalho e capital; em outros termos, impulsiona a luta de classes, geradora do movimento desta formação material. É de fundamental importância para o entendimento da centralidade da luta de classes e de uma política de defesa dos recursos nacionais no tema da evolução do IED da década de 1950 aos dias atuais, a análise das transformações do capitalismo mundial pós-Segunda Guerra e a forma específica do desenvolvimento capitalista na América Latina. Com este intento, o capítulo seguinte buscará delimitar o debate em torno ao IED na década de 1950 (marcada por Instruções da SUMOC sobre o capital estrangeiro e uma política de valorização dos recursos nacionais) e nos primeiros anos da ditadura, estruturando uma base teórica e histórica que ampara a construção de nossa própria teoria crítica do Investimento Estrangeiro Direto.

4.1 O IED entre o Reformismo e o Imperialismo

O capitalismo tem por uma de suas principais características seu caráter universal. Suas contradições internas não podem restringir-se a um determinado espaço geográfico identificado com um Estado Nacional, senão que precisa nevrálgicamente deste para viabilizar sua expansão mundial e, a partir de sua reprodução em escala ampliada, formar uma estrutura totalizante à sua imagem e semelhança. Tal tarefa histórica cumpre à burguesia dos países centrais cumprir, em razão da impossibilidade de realizar seu capital sob determinados limites geográficos.

A necessidade de um mercado em expansão constante para seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo. Precisa instalar-se em todos os lugares, acomodar-se em todos os lugares, estabelecer conexões em todos os lugares. A burguesia, por meio de sua exploração do mercado mundial, deu um caráter cosmopolita para a produção e o consumo em todos os países. Para grande desgosto dos reacionários, rebaixou a base nacional da indústria até o rés do chão. As indústrias nacionais antigas foram destruídas ou seguem sendo destruídas dia após dia. Elas são desalojadas por novas indústrias, cuja introdução torna-se questão de vida e morte para todas as nações civilizadas; por indústrias que não mais trabalham com matéria-prima nacional, mas matéria-prima extraída de zonas remotas; cujos produtos são consumidos não só no próprio país, mas em todos os cantos do globo (MARX e ENGELS, 2006, p. 14).

Dentro desta estrutura totalizante, é natural que as distintas configurações materiais de tempo, espaço, classe e Estado nacional levem a desenvolvimentos também desiguais das forças produtivas, visto que aquelas são as bases concretas destas. Todavia, antes de um suposto caráter pré-capitalista, proto-capitalista, feudal ou arcaico de suas economias, os países em que as forças produtivas estão menos desenvolvidas, ou seja, aqueles que são incorporados pelas burguesias centrais como fontes de matéria-

prima e, posteriormente, mercados consumidores, assim o são justamente em razão do caráter de sua colocação na estrutura desigual. Não significa que não estão inseridos nela, mas muito pelo contrário: significa que sua posição se dá sob a forma de economias dependentes. O todo, neste sentido, não exclui estas áreas, mas as incorpora subordinadamente. E é do desenvolvimento desigual de suas partes constituintes que se origina o desenvolvimento da estrutura global, o desenvolvimento do capitalismo mundial.

É sobre o debate a respeito do IED nestas economias dependentes, em especial a do Brasil, que nos debruçaremos neste etapa do trabalho. Esta economia, pois inserida no capitalismo mundial, reúne uma unidade de características particulares que no âmbito de uma heterogeneidade estrutural (conceito cunhado pelo historiador Agustín Cueva e que denota as específicas de cada país da América Latina como frutos de uma base estrutural em comum, qual seja, a economia colonial) são identificadas também com as realidades de outros países latino-americanos. Estas características condicionam o caráter *sui generis* desta formação material, e ampliam a necessidade de construções teóricas próprias que expliquem seu desenvolvimento capitalista e, no âmbito destas páginas, a centralidade do capital estrangeiro nele. Precisamente, tais características particulares evidenciam a limitação dos conceitos e teorias convencionais em explicar nossa realidade “estranha” e a necessidade de superação da concepção linear de história, da idéia de que estamos em uma etapa de desenvolvimento já galgada pelos países dito avançados e de que, portanto, o capitalismo mundial é uma estrutura dual. Da negação destas condições chega-se ao caráter dialético do capitalismo mundial, tão necessário à compreensão de nossas particularidades. Assim,

o que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as

economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em se conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional (MARINI, 2005, p. 138).

É justamente nesta perspectiva, sob um enfoque teórico mais amplo para explicar as origens, a dinâmica e a função sistêmica do processo de industrialização brasileiro e a atuação do capital estrangeiro nele que trabalharemos nesta análise. Objetivamente, cumprimos, feita esta breve introdução e aporte metodológico, o seguinte caminho teórico: a) estudo das condições materiais internas e externas ao capitalismo brasileiro a partir da segunda metade do século XX, com especial ênfase no estudo da circulação mundial de capital e suas manifestações internas sob a forma de uma acumulação dependente; b) análise dos enfoques teóricos do PCB (Partido Comunista Brasileiro), da CEPAL e da TMD (Teoria Marxista da Dependência) sobre o tema da industrialização e c) análise das transformações econômicas e sociais decorrentes da industrialização, sobretudo no que se refere às relações econômicas internacionais dos países da América Latina.

4.1.1 Capitalismo Global e Industrialização Dependente

É inegável a gradativa recomposição, nas economias periféricas e no Brasil em especial, da pauta de importações e da estrutura interna de produção que se dá de maneira geral com a crise da década de 1930 e seus efeitos estranguladores. De maneira específica, no entanto, as elites dirigentes do capitalismo latino-americano programam desde o fim do século XIX um processo de modernização via industrialização substitutiva de importações. Tendo em vista, no entanto, a posição já subordinada destas economias no capitalismo mundial, o padrão de financiamento identificou-se desde o

início com os empréstimos externos, de maneira que apenas uma pequena parcela da expansão industrial deveu-se à ocupação de capacidade ociosa e capital nacional. Desta forma, as raízes do capitalismo industrial e do padrão de financiamento de sua expansão localizam-se no próprio movimento internacional do capital: “Seja como for, no momento em que as economias industriais dependentes vão buscar no exterior o instrumental tecnológico que lhes permita acelerar seu crescimento, elevando a produtividade do trabalho, é aquele também em que, a partir dos países centrais, têm origem importantes fluxos de capital que se direcionam para elas, fluxos que lhes trazem a tecnologia requerida” (TRASPADINI e STEDILE, 2005, p. 175). É claro que estes fluxos não se constituem “ajuda internacional desinteressada”, senão que, conforme André Gunder Frank argumenta, responde à lógica de reprodução do capital e, portanto, leva a movimentos de drenagem de recursos (remessas de lucros, royalties, pagamento de juros e amortizações de dívidas etc) maiores, em volume, que os capitais aportados à economia dependente, de maneira que a quantia total destes fluxos “não é pequena nem grande: é negativa”. Discorrendo sobre os dados de Investimento Estrangeiro Direto na América Latina, André Gunder Frank argumenta a respeito de sua inadequação ao real:

el único problema que se confronta com estos datos es que ellos no reflejan adecuadamente el verdadero flujo de capital de los pobres países subdesarrollados hacia los ricos países desarrollados. En primer lugar, no reflejan exactamente el flujo de capital basado em la inversión que va del pobre al rico. En segundo lugar, oscurecen el hecho de que la mayor parte del capital que los países desarrollados poseen em los desarrollados no fue em ningún momento enviada por los primeros hacia los segundos, sino que, por el contrario, fue adquirido por los países desarrollados em los actuales países subdesarrollos (FRANK, 1973, p. 65).

Tendo em vista as debilidades estruturais do capitalismo brasileiro, que o

impulsionava a tomar os recursos externos como principal fonte de financiamento à sua expansão industrial, e a própria conservação, no seio da sociedade brasileira, de condições econômicas e sociais típicas a uma economia dependente (estrutura agrária centrada no latifúndio, limitação do mercado interno, dramática concentração de renda, elites locais subservientes ao capital estrangeiro, economia essencialmente exportadora e enorme concentração espacial da indústria), os sensíveis instrumentos cambial e fiscal de política monetária foram os eixos do processo de modernização via substituição de importações alicerçada no capital estrangeiro. Este, por sua vez, tendeu a lucrar não apenas com um regime de exploração do trabalho sem paralelos ao politizado sindicalismo europeu e as ofertas abundantes de mão-de-obra e recursos naturais, como também com o acesso privilegiado a estes por meio de políticas fiscais, cambiais, trabalhistas e mesmo ambientais extremamente flexíveis. Estes capitais atraídos eram direcionados via de regra à industrialização como forma de modernização tecnológica do aparato produtivo brasileiro. Mas é claro que o processo de industrialização não foi somente derivado destas reformas internas, mas também, e principalmente, foi produto da circulação do capital em busca de reprodução:

Para isso concorre o fato de que, enquanto durou a desorganização da economia mundial, desenvolveram-se bases industriais periféricas, que ofereciam – graças à super-exploração do trabalho – possibilidades atrativas de lucro. Mas não será o único fato, e talvez não seja o mais decisivo. No curso do mesmo período, verificara-se um grande desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. Isso levou, por um lado, a que os equipamentos ali produzidos, sempre mais sofisticados, tivessem de ser aplicados no setor secundário dos países periféricos; surge então, por parte das economias centrais, o interesse de impulsionar nestes o processo de industrialização, com o propósito de criar mercados para sua indústria pesada. Por outro lado, na medida em que o ritmo do progresso técnico reduziu nos países centrais o prazo de reposição do capital fixo praticamente

à metade, colocou-se para esses países a necessidade de exportar para a periferia equipamentos e maquinário que já eram obsoletos antes de que tivessem sido amortizados totalmente (MARINI, 2005, p. 174).

Expressões do quanto foi necessário privilegiar o capital estrangeiro para atrair capacidade de importar estes bens de capital obsoletos e impulsionar a modernização produtiva dependente foram a Reforma Cambial de 1953, a Instrução 70 da SUMOC, a continuidade da Reforma Cambial em 1957 e a Lei do Mercado Livre. Com a mesma finalidade de atração de recursos estrangeiros, a Instrução 113 da SUMOC, aprovada por Getúlio Vargas em 1954, diferenciava as coberturas cambiais de empresas nacionais das coberturas cambiais do capital estrangeiro aqui instalado. Sobre isso, escreve Ruy Mauro Marini:

Esta Instrução, sem alterar o sistema cambial vigente, dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida em que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais. Sob vigência desta norma, combinada com a lei 2.145/54, isto é, de 1955 a 1961, o montante total de capitais estrangeiros, que sob a forma de financiamentos ou investimentos diretos entraram no país, foi cerca de 2.300 milhões de dólares (MARINI, 2000, pág. 56).

Foi com essa dupla finalidade (austeridade interna e atração de IED) que a reforma cambial, na realidade um processo, dado que desenvolvida em resposta à estímulos externos de estrangulamento da capacidade de importar, logrou seu êxito e representou, em última instância, a ideologia de uma fração interna da sociedade brasileira comprometida com o capital estrangeiro e ciente de sua insuficiência para realizar sua função histórica enquanto classe burguesa: a revolução capitalista de caráter anti-imperialista e anti-latifundiária aqui foi apenas uma reforma tendente a conciliar interesses internos divergentes sob a tutela do capital estrangeiro sob a forma de IED.

Desta forma, as classes dominantes do capitalismo brasileiro se apropriam de parte da liquidez internacional e a direciona rumo a um projeto nacional-desenvolvimentista de industrialização. Mas o faz com excessivas doses de atrativos e concessões: ao aporte destes recursos, além das garantias já citadas, oferecia-se ainda uma extrema liberdade de saída, de remessas de lucros, evidenciando, nas pressões sobre o Balanço de Pagamentos, as palavras de André Gunder Frank e, à medida que tais remessas e amortizações sobrepujam-se em valor aos investimentos atraídos, a industrialização funcionou, em essência, como uma nova etapa do processo colonial de drenagem e extração de recursos.

É exatamente neste sentido em que a acumulação na periferia é também dependente, tendo em vista não recompor material e socialmente as bases produtivas de riqueza e, também, não redefinir os eixos coloniais de distribuição e apropriação desta riqueza por países centrais:

Partindo então do modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na super-exploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical (MARINI, 2005, pág. 171).

Feita esta brevíssima descrição do movimento internacional de capital que impulsiona no capitalismo dependente brasileiro o processo de industrialização, veremos, a seguir, como este processo se relaciona, em três enfoques teóricos muito particulares, com a questão do desenvolvimento econômico no Brasil enquanto país

subordinado.

4.1.2 Industrialização e Teorias do Desenvolvimento Econômico

Para além das teorias de desenvolvimento baseadas em uma visão etapista e linear da história, como a de Rostow, Harrod e Domar e a da ortodoxia macroeconômica, trabalharemos nesta seção com três interpretações sobre o papel da industrialização no desenvolvimento econômico brasileiro. O terceiro enfoque (teoria da dependência) será estudado como superação histórica dos enfoques anteriores. A crítica a estes se dará sempre a partir das condições concretas das relações de produção no Brasil e na América Latina. Faz-se necessário este breve resgate para apontar, do interior destas teorias, a superação histórica que representa a Teoria Marxista da Dependência e seu caráter de ruptura com as conveniências teóricas e programáticas da esquerda latino-americana em relação ao capital estrangeiro.

O primeiro enfoque é aquele representado, na América Latina, pelos Partidos Comunistas vinculados à Terceira Internacional Socialista e, no Brasil em especial, pelo Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922. Para este enfoque teórico (e prático, já que o chamado Partidão tinha um programa de luta política derivado de sua concepção teórica), a industrialização, e a participação neste do capital estrangeiro, teria uma função nevrálgica na construção de uma sociedade comunista no sentido em que permitira o desenvolvimento das forças produtivas e a superação do atraso econômico, identificado este como a manutenção de restos feudais na estrutura econômica brasileira e a existência de uma burguesia comercial comprometida com o imperialismo. Para este enfoque teórico, a industrialização modernizaria a sociedade brasileira, destruindo os restos feudais e a burguesia comercial e fortalecendo o capitalismo como etapa necessária para a construção do comunismo. Através do aprofundamento das

contradições capitalistas e de um programa de aliança de classes para uma revolução democrático-burguesa (idéia comum na América Latina entre os anos 1930 e 1940, assumindo, com o mesmo intento, manifestações particulares como a Frente Popular, no Chile, e a Aliança Liberal, no Brasil), o PCB previa a inevitabilidade histórica das revoluções socialistas e da sociedade comunista. À industrialização caberia ser o motor deste processo, ou seja, o elemento de ruptura com o atraso e o fator dinâmico de desenvolvimento e superação do capitalismo. Ao capital estrangeiro, por sua vez, a superação das barreiras técnicas entendidas como expressão material do atraso feudal.

O intelectual brasileiro Caio Prado Jr, então integrante do Partido Comunista Brasileiro, escreve, ao ano de 1966, o livro *A Revolução Brasileira*, em que faz uma análise da história contemporânea brasileira e como ela produziu o regime militar. Por sua postura crítica às concepções teóricas e programáticas do PCB, o autor é marginalizado dentro do Partidão, que já retornara à ilegalidade com o golpe militar de 1964. Caio Prado Jr. criticara os postulados do PCB em sua essência, ou seja, não apenas se posicionou criticamente em relação às premissas teóricas mas também, e principalmente, em relação ao método que dera origem a tais considerações. Denunciando que a vinculação à Terceira Internacional fazia do programa político do PCB um conjunto de interpretações dogmáticas e apriorísticas sem muita relação com a realidade concreta brasileira, Caio Prado Jr. define o enfoque teórico do Partidão como uma mera importação de conceitos e categorias próprios à uma realidade estranha à brasileira. Isto é, a teorização às avessas (a teoria partia do conceito ao fato concreto, e não o contrário) resultava em uma profunda falha teórica, conferindo à industrialização na periferia a mesma função que ela assumiu no centro, em contextos históricos e espaciais profundamente distintos. Esta falha teórica originava, portanto, uma limitação prático-revolucionária no partido e um desrespeito às categorias de tempo, espaço e realidade concreta. Partindo então da crítica ao método colonizado do PCB, Caio Prado critica também a tese de restos feudais, argumentando que tais eram apenas a roupagem

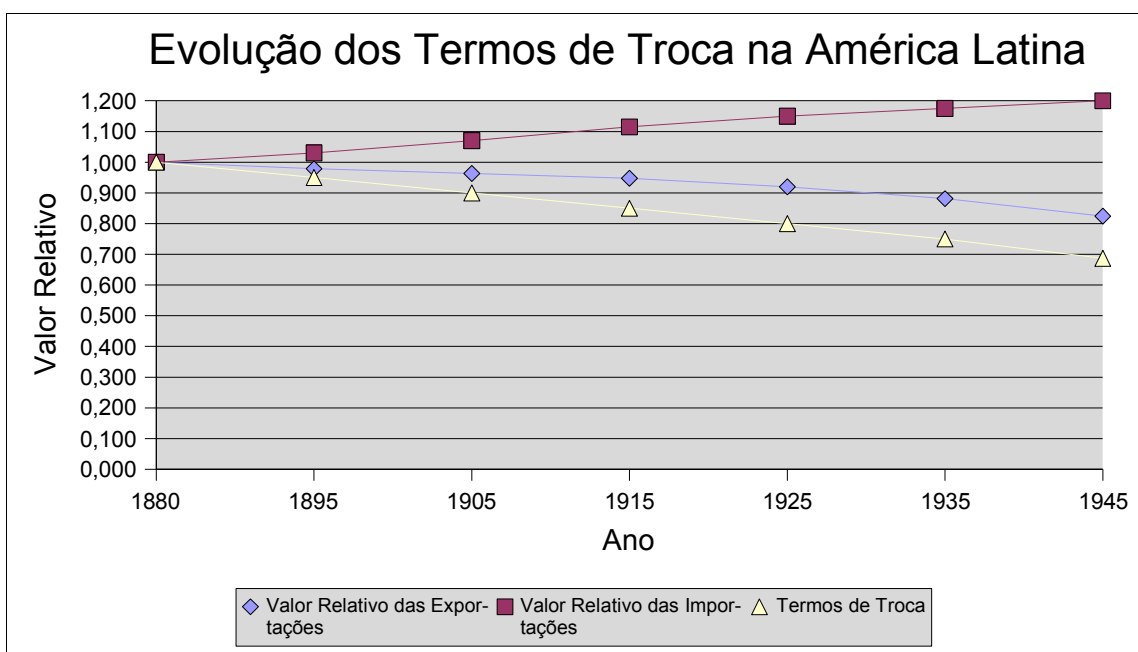
de um sistema voltado ao mercado e, em especial, ao mercado estrangeiro. Isto é, não se pode definir como feudal um sistema que, embora tenha características como o trabalho escravo, o apresenta em paralelo ao assalariado, e mesmo tendo sua dimensão agrária identificada com o latifúndio e a monocultura, o apresenta precisamente como instrumentos econômicos para uma maior produção voltada ao mercado, ou seja, uma função capitalista. A outra tese, de uma burguesia comercial em contraponto a uma burguesia nacional, Caio Prado Jr. critica com a evidência de que ambas, e não somente a primeira, se associam com o capital estrangeiro pois somente desta forma encontram possibilidades de expansão e realização da mais-valia criada internamente, dado que o mercado interno é limitado.

Segundo Caio Prado Jr., o enfoque colonizado do PCB não corresponde ao real pois parte de premissas metodológicas inadequadas (teorização às avessas) e procura, partindo destas premissas, na sociedade brasileira restos feudais e classes sociais tais como haviam no capitalismo europeu e, por fim, preconiza um programa de aliança de classes e de revolução democrático-burguesa absolutamente incondizente com a realidade de um país dependente, em que suas elites nacionais são sócias do capital estrangeiro e, portanto, lucram com o imperialismo, além de não se contraporem às oligarquias rurais em razão do modelo econômico exportador.

Com a criação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) se inaugura, na América Latina, aquilo que podemos chamar de sua Economia Clássica, ou seja, sua primeira interpretação particular sobre suas economias. Partindo de uma profunda crítica à Economia Clássica européia, em especial à Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, a CEPAL, através de seus principais expoentes (como o argentino Raul Prebisch e o brasileiro Celso Furtado), começa a pensar o desenvolvimento capitalista da América Latina como limitado em razão de uma conjuntura externa desfavorável e de uma timidez do Estado em estabelecer programas de expansão da demanda agregada através da modernização produtiva. Para este

enfoque teórico, portanto, a função da industrialização como instrumento de modernização seria extremamente necessária pois permitiria, segundo seus ideólogos, um novo padrão de posicionamento do capitalismo brasileiro no mercado mundial. Exportando bens industrializados, este capitalismo poderia reverter o processo de deterioração dos termos de troca. Raul Prebisch, aliás, ao analisar 65 anos do comércio exterior da América Latina, chega ao seguinte resultado, no livro “A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano”:

Gráfico I – Deterioração dos Termos de Troca na América Latina.



Fonte: Dados reunidos a partir da leitura da obra.

Ou seja, dada a concentração de nossa pauta exportadora em bens primários e de nossa pauta importadora em bens industrializados, os países latino-americanos auferem constantes perdas no mercado internacional: os termos de troca passam de 1,000 no ano base de 1880 para 0,687 no ano de 1945. Tal processo poderia, segundo o enfoque cepalino, ser revertido através de um processo de industrialização a partir do Estado e de modernização produtiva via substituição de importações. Tais alternativas seriam suficientes para levar ao desenvolvimento econômico, mediante alteração da natureza dos produtos envolvidos nas trocas internacionais.

Foi, entretanto, o próprio caráter desta industrialização que mostrou a limitação histórica da CEPAL e sua insuficiência em apontar uma alternativa efetiva ao subdesenvolvimento. Como vimos, a industrialização não representou o fim da dependência, mas sua qualificação sob outros contornos, como a fragilidade financeira que o processo de modernização capitalista engendrou. Da mesma forma, este processo de modernização deu-se em concomitância à manutenção da concentração de renda e, dado o padrão de financiamento centrado no capital estrangeiro, à transferência de valor. O Investimento Estrangeiro Direto, ao lado da ausência de uma concepção de Estado mais ampla, representa o centro da insustentabilidade analítica dos estudos cepalinos, à medida em que não concebeu plenamente o caráter de classe do Estado mesmo no capitalismo dependente e manteve, no tocante à uma suposta dualidade estrutural, a esperança em torno de uma modernização desde fora.

É neste contexto que a Teoria Marxista da Dependência (TMD) se coloca como síntese histórica e superação analítica dos enfoques anteriores. Um de seus principais expoentes, o brasileiro Ruy Mauro Marini, começa, em *Dialética da Dependência* (1973), do ponto onde terminara Prebisch: as trocas desiguais. Para este, a continuidade histórica da dependência mesmo após a modernização produtiva é a conclusão de que o subdesenvolvimento não provém da natureza dos produtos envolvidos nas trocas internacionais, mas sim das relações de produção destas mercadorias na periferia. Para o autor, a crescente diferença entre os valores relativos dos produtos importados e exportados (deterioração dos termos de troca) leva a burguesia brasileira a implantar um regime de super-exploração da força de trabalho, concebida como o pagamento de um salário aquém das necessidades básicas para a sua reprodução. Isto é, a super-exploração da força de trabalho é, além do sub-imperialismo, uma tentativa de reversão das perdas de lucro das burguesias anexas em sua relação com os países centrais. Em outras palavras, a industrialização deu-se tendo em vista o atendimento de demandas externas, não se identificando muito, portanto, com o mercado interno:

Dedicada à produção de bens que não entram, ou entram muito escassamente, na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores; isso em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho; não será, portanto, a desvalorização das manufaturas o que influirá na taxa de mais-valia. Isso dispensa o industrial de se preocupar em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade do produto, depreciar a força de trabalho, e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia por meio da maior exploração – intensiva e extensiva – do trabalhador, assim como a redução de salários mais além de seu limite normal. Em segundo lugar, porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça à custa da redução do segundo, não cria problemas para o capitalista na esfera da circulação, uma vez que, como deixamos claro, as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário (TRASPADINI e STEDILE, 2005, p. 172).

Com o processo de modernização capitalista, por sua vez, se observa uma centralização do poder econômico e político nas empresas estrangeiras aqui instaladas, originando uma categoria extraordinária de mais-valia, decorrente das disputas inter-capitalistas por apropriação de riqueza. “Assim essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no ramo considerado, isto é, não incide na cota de mais-valia” (MARINI, 2000, p. 114). Esta mais-valia é transferida ao centro do sistema sob a forma de mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho a um preço inferior, levando à diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da classe trabalhadora, aumentando com isso a mais-valia relativa sem diminuir a qualidade de vida das classes

trabalhadoras nos países centrais. A dependência é, portanto, um mecanismo de apropriação do excedente econômico em escala mundial. A industrialização nada mais representou que sua reprodução não apenas sob bases comerciais mas também financeiras e creditícias. Identificou-se mais com um movimento internacional de circulação do capital que com um esforço particular da economia nacional. Este quadro nos coloca, então, a necessidade de dar continuidade aos estudos da teoria da dependência (marcada admitidamente por Marini por um caráter apenas introdutório e geral das linhas principais do desenvolvimento capitalista na América latina) através de uma análise sobre o Investimento Estrangeiro Direto à luz de suas categorias. É o que faremos no capítulo seguinte.

5 Investimento Estrangeiro Direto: Uma interpretação crítica

A configuração de uma perspectiva crítica sobre o Investimento Estrangeiro Direto, que capte o seu caráter histórico, a sua especificidade latino-americana, a sua relação de interação e dependência entre as nações envolvidas nesta temática e também o papel desempenhado pelo IED no contexto da ampliação da abertura comercial e financeira para a integração centro-periferia (como se estas já não estivessem suficientemente integradas, desde 1492, com a ocupação da América), passa necessariamente pela visão do IED sob um ponto de vista político que o correlacione às remessas de lucros, que o esclareça em termos da reprodução em escala global do capital e que, finalmente, revise a atuação deste investimento na manutenção e reprodução da dependência latino-americana. Utilizando esta ordenação, há a necessidade de dividir esta explanação crítica em outros dois capítulos, um dedicado às expectativas criadas em relação ao IED (o que passa pelo estudo das reformas efetuadas na América Latina e do Plano Real no caso específico do Brasil, analisando o suposto

novo posicionamento mundial latino-americano e o papel do IED nele) e outro que exponha o que o IED de fato representou. Seguir esta lógica é se utilizar das mais variadas fontes para tratar do IED, sem, entretanto, aceitar argumentos que defendam que estão nas empresas os elementos que determinam o investimento. As empresas apenas seguem o cheiro das melhores oportunidades de lucro.

Já em 1817, o economista político clássico David Ricardo explicou bem esta relação de interesse que existe por trás do investimento de capital:

Sabemos, contudo, por experiência que o que dificulta a emigração do capital é a sua insegurança imaginária ou real, quando não está debaixo do controle imediato do seu possuidor, a par com a natural relutância que os indivíduos têm em deixar o seu país natal e as suas relações e irem confiar-se, já com seus hábitos arraigados, a um governo estrangeiro e a novas leis. Estes sentimentos, que eu não gostaria de ver enfraquecidos, fazem com que a maior parte dos capitalistas se contentem com taxas de lucro pouco elevadas no seu próprio país, em vez de irem procurar uma aplicação mais rendosa no estrangeiro (RICARDO, 1965, pág. 152 e 153).

O referencial teórico de Ricardo tem sido objeto, desde sua apresentação, de estudos, interpretações e questionamentos diversos: se de um lado situa-se Marx e sua leitura apurada de David Ricardo para a partir dela romper criticamente com a economia política clássica, de outro está um sem número de auto-denominados neo-clássicos, deturpadores da teoria do comércio exterior de Ricardo. Esta fraude reside na suposta atualização que fazem (qualquer manual de economia internacional apresenta esses modismos ricardianos) sem, no entanto, considerarem os pressupostos da teoria de Ricardo e estabelecendo uma teoria das vantagens comparativas dissociada da Lei do Valor de Ricardo. Para o âmbito deste trabalho, interessa esclarecer que alguns dos pressupostos são a ausência de circulação dos fatores trabalho e capital de uma economia a outra e a rigidez no preço das mercadorias no longo prazo. Ora, vimos que o primeiro é uma simplificação mistificadora e o segundo, uma crença insustentável. Não

há, portanto, a mínima possibilidade teórica e metodológica de um estudo do IED através da teoria ricardiana. A realidade do capitalismo mundial, em que o capital circula entre os países sem deixar de ser nacional e os preços das matérias-primas são estruturalmente determinados e fixados para a manutenção da dependência e da razão exportadora dos países subdesenvolvidos, fundamenta a existência do IED enquanto modalidade de drenagem imperialista de recursos. Não nos é lícito falar, então, de uma teoria neo-ricardiana do Investimento Estrangeiro Direto, tendo em vista que este é inconciliável com as premissas do modelo de Ricardo.

Com base na afirmação acima de Ricardo, fica claro que o real interesse por trás do investimento de capital é suficientemente forte e inequívoco para impelir o capitalista a investir nestes países a ele estranhos. O lucro advindo deste investimento é o que o estimula. As facilidades jurídicas e tributárias, além de muitas outras vantagens como concessão de terrenos e isenção de encargos fiscais por parte dos governos latino-americanos, somada ao impune desrespeito às leis ambientais, forma um quadro bastante atrativo ao capitalista. Este quadro coaduna-se com a vocação universal do capital, oferecendo as condições propícias para sua reprodução. Com isto, o aporte de capital se concentra no mercado financeiro: o país que o recebe passa a depender dele, de forma que os elementos que condicionam esta atração devem ser constantemente reproduzidos.

André Gunder Frank, economista alemão dedicado ao estudo da dependência e do subdesenvolvimento na América Latina, apreendeu, na década de 1960, os fatos que refutam a idéia de “distribuição de tecnologia” e “ajuda internacional” daqueles que defendem o IED. O que Gunder Frank tenciona é o confronto do pensamento neoliberal com os seus fracassos, tanto teóricos como reais: os fatos do mundo, por si só, negam a concepção neoliberal da economia. Desta forma, estando as idéias atualmente dominantes em contradição com a realidade latino-americana, Gunder Frank nos leva a concluir que as reformas implantadas em conformidade com estas idéias refletem um

interesse de classe que, por um lado agrave as condições de marginalidade social na América Latina, por outro constrói uma ampla estrutura ideológica que oculta que a ajuda gera dependência, que o investimento gera remessa de lucros.

Es creencia generalizada que los Estados Unidos y otros países capitalistas desarrollados aportan a las naciones subdesarrolladas más capital que el que reciben ellas. Empero, todas las estadísticas disponibles, incluso las compiladas por organismos oficiales de los propios países desarrollados, muestran precisamente lo contrario. Entre 1947 y 1960, el flujo de fondos de inversión a cuenta de capitales privados de los Estados Unidos hacia Brasil totalizó 1.814 millones de dólares, en tanto que el reflujo de amortizaciones, ganancias, regalías, intereses y otras transferencias de capital sumó 3.481 millones (FRANK, 1976, pág. 152).

A idéia freqüentemente propagada de que o Investimento Estrangeiro Direto transfere tecnologia dos países centrais para os países da periferia pode ser refutada com base em um estudo de 1972 da Universidade de Cambridge, ou seja, com base em uma grande fonte de pesquisa – e, sem dúvida, de política – dos Estados Unidos, país do centro do sistema. O artigo¹⁵ caracteriza como nula a transferência de capacidade técnica e de pesquisa. Nestes termos, a hipótese de que o IED equipara conhecimento científico e homogeneiza as bases produtivas de centro e periferia mostra-se tão errônea como utópica: jamais um país capitalista agiria tencionando diminuir as diferenças, que propiciam sua condição central na esfera do mercado mundial. Esse definitivamente não é o objetivo dos investidores. “Mais grave talvez é a revelação, ainda no mesmo estudo, de que as firmas farmacêuticas usam o mercado latino-americano para ‘testar’ drogas (como um *mercado-cobaia*, por exemplo), cuja venda nos Estados Unidos só se poderia fazer depois de demorada experimentação clínica em laboratório” (MARTINS, 1975, pág. 144). Esta passagem, meramente ilustrativa, é melhor compreendida enquanto manifestação fenomênica do mito da transferência tecnológica se fizermos, tarefa

¹⁵ Maiores informações, veja COOPER, Charles e CLARK, Norman. **The transfer of technology to Latin America – Summary**. University of Cambridge, 15 Fevereiro 1972, pag. 32.

seguinte, uma discussão tanto mais ampla sobre o tema.

5.1 O Mito da Transferência de Tecnologia

A teoria dominante sobre o tema do Investimento Estrangeiro Direto, presente nos manuais de Economia Internacional e base do elogio ao capital estrangeiro, se assenta em algumas premissas que, de tão distantes da realidade objetiva dos fatos, se transformam, na primeira análise mais acurada, em verdadeiros mitos de ocultação da essência imperialista do capital estrangeiro. Poderíamos aqui abordar alguns destes mitos, como o suposto da modernidade, o elogio à técnica, a crença na diminuição dos preços e aumento da eficiência. Escolhemos, no entanto, desmistificar neste trabalho aqueles que cremos são os principais: os mitos da transferência tecnológica, do termo “multinacional” e da ajuda estrangeira. Debrucemo-nos, por ora, sobre o primeiro deles. A idéia comumente propagada por economistas e sociólogos de que o capital estrangeiro contribui com a equiparação dos níveis de desenvolvimento entre os países ao transferirem tecnologia e aumentarem a produtividade do capital em economias subdesenvolvidas revela uma profunda ignorância não apenas a respeito do conceito de tecnologia mas, principalmente, ao papel central que cumpre esta no desenvolvimento nacional e no processo civilizatório de expansão das economias centrais. Ao ignorarem estes pontos cruciais, deturpam o conceito mesmo de empresa estrangeira (concebendo idealisticamente uma “empresa multinacional”) e contribuem para a dependência tecnológica, inviabilizadora de qualquer esforço e projeto de desenvolvimento das potencialidades da nação. Nesta seção, abordaremos mais detidamente o mito da transferência tecnológica, por meio de uma crítica, muito além de semântica, ao termo

“multinacional”. Da atuação destas enquanto instrumento imperialista de drenagem de recursos, abordaremos o conceito de dependência tecnológica.

É parte integrante e indissociável do pressuposto teórico e metodológico de Darcy Ribeiro em *O Processo Civilizatório* (RIBEIRO, 1982) a noção de que

o desenvolvimento das sociedades e das culturas é regido por um princípio orientador assentado no desenvolvimento acumulativo da tecnologia produtiva e militar; de que a certos avanços nessa linha progressiva correspondem mudanças qualitativas de caráter radical, que permitem distingui-los como etapas ou fases da evolução sócio-cultural; de que a essas etapas de progresso tecnológico correspondem alterações necessárias, e por isso mesmo uniformes, nos modos de organização da sociedade e de configuração da cultura, que designamos como formações sócio-culturais (RIBEIRO, 1982, pág. 11).

O importante resgate que Darcy faz do conceito central de tecnologia e das revoluções tecnológicas como motor do desenvolvimento econômico e elemento dinâmico do processo civilizatório é absolutamente necessário para, desde o ponto teórico, dispersar a névoa ocultadora do termo tecnologia. Concebendo esta como o rol de ações humanas modificadoras da natureza e da própria condição humana, referente portanto ao trabalho, a tecnologia tem uma ação conseqüente em toda a esfera social, desde a materialidade da reprodução social da vida. Não se pode limitar a tecnologia a qualquer etapa ou momento da ação humana: há nela um caráter de totalidade derivado da categoria trabalho, indissociável de qualquer produção humana. A tecnologia gera, portanto, movimentos materiais de condicionamentos humanos: a medida em que novas tecnologias e processos de reprodução social da vida se sucedem no tempo e no espaço, novas formas de produção da riqueza se vislumbram perante o trabalho

humano. Darcy é suficientemente claro ao conceituar estes movimentos transformadores da condição humana de “revoluções tecnológicas”: como o autor mesmo expõe,

empregamos o conceito de revolução tecnológica para indicar que a certas transformações prodigiosas no equipamento de ação humana sobre a natureza, ou de ação bélica, correspondem alterações qualitativas em todo o modo de ser das sociedades, que nos obrigam a tratá-las como categorias novas dentro do continuum da evolução sócio-cultural. Dentro dessa concepção, supomos que ao desencadeamento de cada revolução tecnológica, ou à propagação de seus efeitos sobre contextos sócio-culturais distintos, através dos processos civilizatórios, tende a corresponder a emergência de novas formações sócio-culturais (RIBEIRO, 1982, pág. 20).

O que mais especificamente contribui ao âmbito deste trabalho é a forma específica de relação entre a formação sócio-econômica¹⁶ central e formação sócio-econômica dependente no que se refere ao Investimento Estrangeiro Direto. Não por outra razão, o conceito de processo civilizatório é de vital importância para a superação do mito de transferência tecnológica. Ora, a conceituação que aqui fizemos de tecnologia como instrumento prático e específico da evolução de formações sócio-econômicas já nos permite conceber o falacioso de uma transferência do motor do desenvolvimento social e econômico de uma sociedade a outra. Foi, conforme Darcy, o nono processo civilizatório (o específico engendrado pela Revolução Mercantil) que incorporou subordinadamente à América Latina ao centro do sistema capitalista em desenvolvimento, dispostos sob a forma de Impérios Mercantis Salvacionistas. Foi o décimo processo civilizatório (o específico engendrado pela Revolução Industrial) que condicionou aquela incorporação centrada na acumulação primitiva em uma associação

¹⁶ O conceito de formação social foi bastante discutido pelo marxismo no século XX em razão de suas especificidades e limites diferenciadores de outro conceito, o de modo de produção. A partir da inflexibilidade metodológica própria do rigor marxista, um amplo debate erigiu-se a respeito destas diferenças. Embora o resgate destes contornos conceituais e do próprio debate ultrapasse o objetivo destas linhas, consideramos que o Anti-Manual Para Uso de Marxistas, Marxólogos e Marxianos, de Ludovico Silva, é uma excelente tentativa de elucidação destes significados e clareamento da discussão teórica.

dependente no âmbito da divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, o desenvolvimento global do capitalismo exigiu novas funções próprias de suas partes. Àquelas possuidoras do elemento dinâmico das revoluções tecnológicas e impulsionadoras ativas dos processos civilizatórios, pôs-se a aceleração evolutiva como plataforma estrutural de incorporação e atualização histórica das formações sócio-econômicas que, como a América Latina, não dominaram e não dominam a potencialidade de seus recursos. Mais uma vez, conceber como verdadeira a idéia falaciosa da transferência de tecnologia nos levaria a ignorar toda esta conceituação teórica e metodológica correspondente à forma de desenvolvimento do capitalismo global nos últimos séculos: significaria ocultar a incorporação da periferia pelo centro e, sobretudo, a centralidade da tecnologia nesta incorporação.

Mas podemos ir além, e conceituar a forma específica que assume a tecnologia no processo civilizatório em curso: a dependência tecnológica.

Conforme já tivemos a oportunidade de registrar, o capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra caracterizou-se pela expansão do setor de bens de capital nos países centrais (que assumiu, naqueles atingidos diretamente pela Guerra, a forma de projetos de reconstrução) e a necessidade de conciliar este crescimento com a agenda político-ideológica de contenção das lutas sociais e das revoluções nacionalistas na periferia do sistema. Por meio de um sem número de programas universitários, projetos oficiais, verbas governamentais, manuais internacionais de economia política e, sobretudo, pelos organismos criados de administração da ordem (ONU, FMI, Banco Mundial etc), os países centrais, de forma bem sucedida, colocaram na ordem do dia (e pelas décadas seguintes, embora em constante enfraquecimento) a ideologia do desenvolvimentismo e, em especial, a ideologia do capital estrangeiro como elemento constituinte deste desenvolvimento. Esta estratégia solucionou momentaneamente duas fragilidades do sistema mundial na década de 1950: a necessidade de exportação de capitais para fazer reverter a tendência declinante da taxa de lucros, fortalecida com o incremento do setor

de bens de capital, e a necessidade de engendrar, nas economias periféricas, modelos políticos alternativos ao socialismo, que coloca-se como possibilidade real a estes países e ameaça central aos negócios imperialistas.

O Investimento Estrangeiro Direto significou, nesta estratégia, a forma preponderante sobre a qual os países centrais exportaram capitais aos países periféricos: somente no sentido restrito do deslocamento de tecnologia obsoleta dos países centrais aos países periféricos como forma de valorização dos bens de capitais e de reversão da tendência declinante da taxa de lucros é que podemos falar em um movimento da tecnologia. Este movimento não limita, pelo contrário, acelera, o processo civilizatório de incorporação da periferia pelo centro no século XX, mas assume a particularidade acima referida: a de centrar-se na exportação de tecnologia.

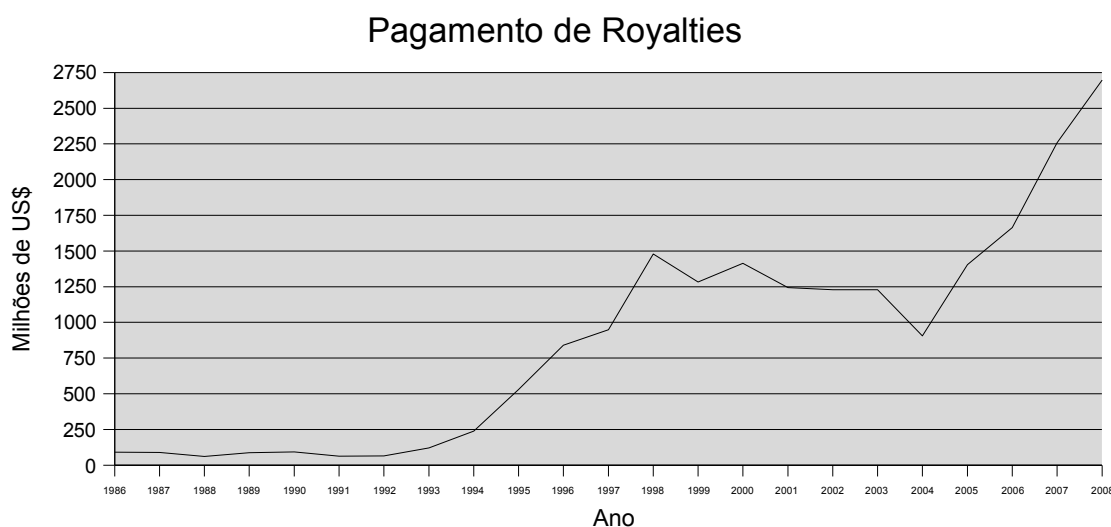
Por motivo da contradição acima indicada, a tecnologia, que deveria ser patrimônio do dominador, tem de ser estendida às massas exteriores, *pois do contrário esgota-se rapidamente sua virtude de tornar-se fonte de lucros*. Mas essa ampliação obriga ao consumo dos bens técnicos por parte de contingentes humanos não pertencentes ao círculo nacional que os produziu, mas estão desejosos de consumi-los, imitando, com todo o direito, os figurantes da área metropolitana. Ora, o consumo de um bem de procedência estrangeira leva o consumidor a desejar incorporar-se ao mundo onde se exerce naturalmente o tipo de ação humana realizadora dos produtos dos quais aspira apropriar-se. A princípio o gesto de manducação do produto técnico alheio, imitando a do totem dos primitivos sacrifícios tribais, desperta a consciência dos homens das áreas subjugadas, mas não lhe infunde senão aquela modalidade intermediária que chamamos 'consciência para o outro'. Delineia-se assim o período no qual governantes e classes médias do país atrasado, deslumbrados com o diminuto progresso alcançado, conduzidos por mão estranha, aparentemente generosa, invocam a urgência do recebimento da tecnologia, efetivamente indispensável. *Porém, por falta de pensamento crítico, aceita, sob qualquer condição a que lhes foi oferecida, não numa operação normal de aquisição de um produto no mercado, e sim ao custo da*

instalação da fonte estrangeira da tecnologia no território da nação indigente. Os personagens proeminentes na condução política e intelectual do país atrasado ignoram que a tecnologia, excetuadas algumas formas extremamente avançadas, pertencentes transitoriamente ao arsenal dos segredos militares ou industriais das potências regentes, é na quase totalidade dos casos um objeto de compra e venda, figura no mercado internacional, e pode ser adquirida numa transação em que o comprador, realmente dela necessitado, pode exercer o direito de influir na formação do preço. Não sabendo disto, o círculo dirigente da sociedade colonizada, sempre restrita ao pequeno grupo privilegiado dominante, apressa-se em consumir os produtos da tecnologia alheia e a fazer-se o veículo de distribuição deles no meio interno, pelas vantagens financeiras que essa função lhe reserva e porque cria para si conveniente dignificação social, aparecendo ideologicamente no papel de grupo progressista, vivamente empenhado no desenvolvimento do país retardado. *Possuindo uma mentalidade de cunho mágico, não é de admirar que os mentores do planejamento do desenvolvimento por via alienada cultivem religiosamente a crença nas virtudes sobrenaturais da tecnologia.* Para conquistá-la justifica-se qualquer sacrifício. Um único objetivo importa considerar: elevar o país, mediante a tecnologia, à situação de mimese da área metropolitana, processo a que os teóricos indígenas da alienação dão nome de 'desenvolvimento nacional' (PINTO, 2005, págs. 270 e 271. Grifos LFAM).

O uso imperialista da tecnologia é responsável, conforme se deduz por esta passagem da obra *O Conceito de Tecnologia*, de Álvaro Vieira Pinto, pela criação de um fetiche da tecnologia, oriundo do fetiche próprio da mercadoria mas de consequências particulares variadas, tendo em vista os apelos desenvolvimentistas construídos sobre o tema: “a exaltação da tecnologia encobre a declaração da superioridade do império, do povo ou da raça que a criou e a cultivava. Mas, em segundo lugar, não visa à pura satisfação subjetiva de orgulho nacional, pois logo os grupos privilegiado da sociedade superior compreenderam que *a transmissão de uma parte da*

sua tecnologia aos povos 'bárbaros' constituía um mecanismo de subjugação de extrema eficácia política, além de representar excelente transação financeira” (PINTO, 2005, págs. 680 e 681. Grifo LFAM). Aí precisamente reside a essência da dependência tecnológica: o uso imperialista da tecnologia assume uma roupagem ocultadora de seu caráter nacional, estrangeiro, destinado à evolução de uma específica formação sócio-econômica, à viabilização de um específico processo civilizatório. À periferia, aparece de forma fetichizada, como que desprovida de função econômica e interesse político. Sob a forma de IED, muito rapidamente o centro se apropria dos recursos nacionais, estabelece monopólios sobre a produção e, sapiente que mesmo sua tecnologia obsoleta é já bastante superior à tecnologia corrente na periferia, cobra seu preço de utilização, sobretudo pela forma de royalties.

Gráfico II – Pagamento de Royalties pelo Brasil ao Capital Estrangeiro.



Fonte: Base de Dados do IpeaData

Através do gráfico acima, percebe-se claramente como a espoliação imperialista mediante a dependência tecnológica é realidade, assumida até mesmo pelos organismos mais conservadores de catalogação das contas nacionais. O resgate que fizemos, no entanto, da tecnologia como uma categoria eminentemente filosófica, nos coloca a questão da incomensurabilidade da real proporção desta dependência: assim como o

produto nacional, a tecnologia “é um fato existencial (e Álvaro Vieira Pinto dedicará a Parte Quatro do Tomo II de O Conceito de Tecnologia a analisar as relações entre tecnologia e os problemas da existência, LFAM), que não admite valoração numérica nem financeira, pois aí intervêm fatores que são o resultado da ação das condições sociais sobre a consciência do trabalhador produtor” (PINTO, 2008, pág. 288). Ainda assim, julgamos como importante contribuição a representação gráfica da discussão teórica aqui traçada da dependência tecnológica, que tem nos pagamentos de royalties a sua principal (mas não a única, vide a fuga de cérebros, o registro de patentes, os pagamentos por assistência técnica etc) manifestação fenomênica. O caráter imperialista, e portanto de classe, do IED nos leva, a seguir, à destruição de mais dois mitos: o mito do termo “empresas multinacionais” e o mito da expressão “ajuda internacional”.

5.2 Os Mitos da “empresa multinacional” e da “ajuda externa”

Usamos até aqui o termo “empresa multinacional” mais por conveniência e comodidade que propriamente por condicionamento conceitual. Todavia, a expressão mesma “multinacional” corresponde a uma estratégia muito clara de ocultação da origem nacional do capital estrangeiro, e neste, especialmente, de seu conteúdo de classe. A desmistificação do termo “multinacional” é absolutamente necessário em nosso intento de propor uma teoria crítica do investimento Estrangeiro Direto, tendo em vista aquele ser a forma específica predominante deste.

O termo “multinacional” nos sugere, imediatamente, a idéia de um rol de empresas sem pátria, acima destas, pertencentes ao mundo, sem compromisso com qualquer governo, assentada exclusivamente na mundialização do capital. Ainda que o processo de mundialização do capital (mais precisamente, a intensificação de um

específico processo civilizatório assentado na tecnologia dos países centrais) seja fato, não é novidade, tendo em vista que as revoluções tecnológicas anteriores lograram já atingir civilizações e impérios de abrangência mundial, tampouco desmente o caráter eminentemente nacional das supostas “empresas multinacionais”: “mesmo depois de todo o processo de internacionalização mais recente, com seu sonho de uma 'fábrica mundial', foi possível assinalar, sem grande dificuldade empírica, que na 'internacionalização em curso, o mercado interior continua sendo a base sobre a qual se constrói a eficiência de uma empresa ou de uma economia nacional” (COGGIOLA, 2001, pág. 18). O que esta interpretação nos sugere é que qualquer suposto processo de “transnacionalização” ou “globalização” não tem representado nenhuma superação da contradição capitalista expressa em uma produção cada vez mais mundializada e uma acumulação em tendencial processo de centralização, ou seja, cada vez mais nacional. O termo “multinacional” tem, portanto, uma estratégia política ocultadora do agravamento desta contradição. A necessidade de destruir o mito do termo “multinacionais” não é semântica, mas política:

Dizemos antes de tudo que a expressão “empresa multinacional” constitui uma estratégia semântica de claras conotações ideológicas obscurecedoras. Com ela se quer substituir outra expressão que contém maior carga científica e rigos histórico, e que, por isso mesmo, resulta muito mais incômoda à consciência burguesa: a de *monopólios internacionais*. Como vimos ao começo de nosso trabalho o que ocorria com o termo *imperialismo*, ocorre agora com o de *monopólios*. Se trata de desterrá-lo do dicionário das ciências sociais, para assim começar a afastá-lo da linguagem dos povos e das classes exploradas, na boca das quais adquire todo o seu potencial mobilizador.

O caminho seguido neste intento começa por apresentar as chamadas “multinacionais” como um “descobrimento”, como um fenômeno essencialmente novo, específico das duas últimas décadas, pouco mais ou menos. Tudo isso com uma intenção muito clara: *desgarrar as “multinacionais” de seu processo histórico real, desvinculá-las do fenômeno*

chave, que não é outro que a secular e incessante acumulação do capital no centro do sistema capitalista mundial e o paralelo processo de concentração e centralização do mesmo no interior das formações sociais de dito centro, com consequências à classe trabalhadora e aos povos da periferia.

Os “descobridores” do “novo” fenômeno têm esquecido, ou quiçá nunca souberam alguns deles, que a *Companhia Inglesa das Índias Orientais*, de há quase quatrocentos anos, era tão “multinacional” como qualquer das de hoje. O que nos põe de manifesto que o critério científico para diferenciar as “multinacionais” capitalistas de outrora das atuais *não pode ser o da multinacionalidade* (SÁNCHEZ, 1977, pág. 294. Tradução Livre).

Tem-se claro, portanto, como a ocultação ideológica do conteúdo de classe e nacional das empresas monopolistas dos países centrais resulta no infundado termo de “empresas multinacionais” e encobre, sem embargo, o tema do imperialismo, o varrendo das ciências sociais e da consciência crítica popular.

A tarefa dos economeutas e sociologetas defensores da ordem mundial capitalista não consiste em esconder de todo a influência do capital estrangeiro, mas de mistificá-la, inverter sua significação e ocultar seu caráter socialmente determinado, transitório portanto. No âmbito da teoria econômica e sociológica colonizadas e colonizantes, o capital estrangeiro aparece, como vimos, materializado em “empresas multinacionais”, mito que já desmentimos. No entanto, ainda está por cumprir a tarefa de desmistificar a forma própria de atuação destes monopólios na América Latina, ou seja, interpretar criticamente o Investimento Estrangeiro Direto. Para tal, faz-se necessário a superação de mais um mito, qual seja, o da suposta “ajuda estrangeira”.

A representação feita, não só pela burguesia dos países centrais mas também pela dos países latino-americanos, e todos os seus economistas e sociólogos especializados em legitimar esta representação e ocultar seus interesses, do IED não corresponde com a real configuração deste. Aparência e essência não coincidem. É

preciso, com isso, ciência para desvendar o conceito de IED. Não uma ciência que o enquadre enquanto uma forma de os países centrais ajudarem os países dependentes a desenvolverem suas forças produtivas, o que também apenas ampliaria a dependência, reproduzindo-a sob bases mais “modernas”. Tão pouco uma ciência que identifique no IED uma variável microeconômica, a despeito de todas as questões políticas e institucionais que alteram os padrões de Investimento Estrangeiro Direto. Mas sim uma ciência que compreenda, da análise de que não há benevolência no mundo da economia, que os interesses por trás do investimento buscam satisfação econômica e são amparados por uma série de benefícios fiscais que resultam num verdadeiro dumping social para as economias dependentes. Em relação à esta guerra fiscal, ela ocorre não apenas no âmbito internacional, onde os países da América Latina disputam para elevar seus padrões de entrada de IED, mas também no âmbito interno a cada um destes países.

Este processo, conhecido como a ‘guerra fiscal’, não faz mais do que endividar ainda mais Estados e municípios, posto que 18 dos 26 estados brasileiros estão envolvidos no processo e implicam em importante renúncia na arrecadação por um lado e significativos gastos com incentivos por outro. No entanto, tudo está perfeitamente ajustado às estratégias de organismos internacionais que exigem maiores facilidades para o investimento externo e também maior disciplina fiscal, aprofundando a crise financeira dos Estados pelas duas pontas da corda (OURIQUES et al, 1998).

No que se refere às burguesias, centrais e latino-americanas, elas divergem, não obstante estas últimas serem representantes dos interesses das primeiras, principalmente no que se refere ao volume do capital investido. Se, por um lado, as burguesias latino-americanas reclamam, na figura de seus porta-vozes – embaixadores, diplomatas, presidentes –, que o capital aportado é escasso, inferior ao anunciado e voltado a setores específicos – para a satisfação de interesses também específicos –, as burguesias centrais, por sua vez, rechaçam argumentando que o capital é elevado e o problema

deste não se efetivar em benefícios concretos reside no inadequado uso feito pelas burguesias latino-americanas dele. Além do mais, o capital dos países centrais investidos nos países latino-americanos seria o capital do qual os primeiros abrem mão, utilizando-o, dizem estes, para reduzir o abismo existente entre centro e periferia. “En realidad, la contribución neta del capital norteamericano al Brasil no es pequeña ni grande: es negativa” (FRANK, 1976, pág. 141).

Uma análise sobre a importância concedida por cada país da América Latina ao capital estrangeiro deve se dar em paralelo com o grau de controle que o governo deste país tenciona ter sobre suas próprias riquezas, reservas naturais ou econômicas. Em outras palavras, a interferência estrangeira como uma forma, ingênua, de crescimento econômico ou o controle nacional sobre as riquezas que lhe são de direito, inclusive repatriando-as, nacionalizando os recursos outrora privatizados. Este não é, propriamente, um dilema muito recente. Sobre ele argumentou, em 1969, o então Ministro do Planejamento do Brasil, o economista Roberto Campos, com as seguintes palavras:

O debate (sobre o capital estrangeiro) começa quando se estabelece um conflito entre o objetivo de maximizar a taxa de crescimento, o que implica um alto grau de absorção de tecnologia e investimentos estrangeiros, e o objetivo de preservar a propriedade nacional setorialmente. O primeiro objetivo e não o segundo é que merece prioridade (MARTINS, 1975, pág. 138).

Ainda acreditando no mito da transferência de tecnologia e optando entre a interferência estrangeira em detrimento do controle nacional sobre suas riquezas, Roberto Campos, homem forte também na política externa brasileira nas décadas de 1960 e 1970, quando inclusive foi Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, seria, no entanto, melhor caracterizado como representante dos interesses dos Estados Unidos no Brasil. Por outro lado, o chileno Gabriel Valdez, Ministro das Relações Exteriores no governo Frei, não apenas demonstrou uma posição mais crítica como também chamou a

atenção para um tema de fundamental importância no estudo do IED, as remessas de lucros, vistas estas serem um momento do fenômeno expresso por aquele:

O investimento privado (estrangeiro) tem significado, e significa hoje (1969, LFAM) para a América Latina, que o volume de recursos que sai de nosso continente é muitas vezes superior aquele que é aqui investido. O nosso capital potencial está diminuindo, ao passo que os lucros do capital (estrangeiro) aqui investido crescem e se multiplicam a uma taxa enorme, não em nossos países mas no exterior (MARTINS, 1975, pág. 138 e 139).

O capital é investido e, contrariando as palavras tanto da burguesia latino-americana como da norte-americana, aumenta a dependência de uma em relação à outra.

Lejos de aportar capitales a la economía brasileña y de mejorar la estructura de la misma, los Estados Unidos sacan capitales del Brasil y con lo que queda controlan los capitales brasileños y los orientan hacia la mayor dependencia del Brasil respecto de los Estados Unidos, al mismo tiempo que impiden el crecimiento económico del Brasil. Las condiciones en que se realiza el intercambio no son accidentales ni ajenas al proceso sino parte integrante del mismo. Lejos de señalar el camino hacia la industrialización y el desarrollo del Brasil, el embajador norteamericano recomienda políticas (énfasis en la empresa privada, inversión extranjera, aumento de las exportaciones de materias primas, etc.) que mantendrían al Brasil en su posición de economía subdesarrollada y dependiente. Resulta, pues, que los Estados Unidos toman con las dos manos y que el cuadro no es ni ideal ni regular, sino muy sombrío (FRANK, 1976, pág. 150).

Desta forma, a concepção de que o IED expressaria uma ajuda dos países centrais aos países latino-americanos se desfaz com a percepção, evidenciada por Gunder Frank, de que a entrada de capital é inferior à saída de capital. O Investimento Estrangeiro Direto é orientado a um fim, razão pela qual é infundada a hipótese de que os determinantes do IED se encontram dentro das empresas que aportam este capital. Tais empresas apenas buscam o domínio monopólico das fontes de lucros e dos mercados na economia mundial. Para entender o processo de atração de IED na

América Latina, faz-se preciso uma análise do aprofundamento da abertura comercial desenvolvida nestes países na década de 1990.

6 Aparência: O papel que o IED desempenharia na modernização capitalista

“É uma loucura que uma nação espere ajuda desinteressada de outra.” (George Washington)

Após uma análise verdadeiramente crítica, têm-se as condições materiais para concluir que a aparência do fenômeno e da categoria, neste capítulo trabalhada, é, necessariamente, uma manifestação de sua essência interna.

Este capítulo é traça uma análise da função que caberia ao IED no âmbito das reformas que estruturaram a abertura econômica ocorrida na maioria dos países da América Latina. Para tal, deve-se antes expor um panorama do significado destas reformas, lançando olhares sobre o Plano Real no caso do Brasil.

Durante a década de 1980, sucessivas foram as vezes em que delegações dos países latino-americanos desembarcaram nos Estados Unidos para negociar junto ao FMI (Fundo Monetário Internacional) a concessão de um novo empréstimo. No interior de cada “ajuda desinteressada”, residia uma série de exigências que, se cumpridas, permitiriam a liberação destes empréstimos. No tocante a estas operações de regularização, uma verdadeira cartilha passou a ser rezada de joelhos pela maioria dos governos latino-americanos. Redução nos gastos sociais, aumento do superávit primário, achatamento da folha de pagamentos, redução do aparato estatal – o que não quer dizer diminuição do Estado, mas sim a redefinição de suas prioridades e a alteração da natureza de seus gastos – e ainda outras prerrogativas para a confiabilidade do país no cenário internacional deveriam ser promovidas. Para inserir estas economias no mercado mundial de bens e serviços, eram necessárias ainda outras reformas.

O projeto neoliberal de maior submissão da América Latina ao mercado internacional parte da idéia de que o “subdesenvolvimento” desta região deve-se a um

suposto isolamento em relação aos países desenvolvidos. Romper esse isolamento significaria, na ótica destes organismos supranacionais, mas também na de muitos intelectuais latino-americanos, modernizar a América Latina sobre bases capitalistas, sobretudo industriais e financeiras. Para pô-los em contato direto, um rol de reestruturações comerciais e financeiras foram requeridas. Com a implantação destas, a América Latina romperia o subdesenvolvimento e, através de uma contribuição dos países do norte, alcançaria um outro modelo de desenvolvimento. Esta idéia, entretanto, hoje nos é visivelmente equivocada: as reformas foram efetivadas e, ao invés de equipararem a periferia ao centro, aprofundaram ainda mais os laços de dependência. Daí a dizer que o neoliberalismo fracassou é um longo e delicado passo: estariam estes economistas, políticos, sociólogos e afins errados em relação às suas idéias ou sabiam eles que se tratava de mais um acordo desigual, como tantos outros ocorridos ao longo da história? Seria ingenuidade acreditar na hipótese de que estes defensores do capital estrangeiro se eximiriam de seus interesses de classe e passassem a trabalhar em prol de qualquer desenvolvimento na América Latina que não fosse o do próprio subdesenvolvimento.

Estas reformas se efetivariam a partir do aprofundamento da abertura comercial e financeira dos países latino-americanos. Argumentava-se que a exposição das economias latino-americanas a outras mais competitivas agiria no sentido de distribuir e equiparar tecnologia, tornando as empresas latino-americanas mais competitivas, em pé de igualdade com as empresas chinesas, por exemplo. Quem teria a ganhar com isto? Se esta relação de causa e efeito fizesse sentido, logicamente a resposta seria: as empresas latino-americanas. Entretanto, a partir do momento em que identificamos o aprofundamento da abertura comercial e financeira como frutos das operações de regulamentação e do Consenso de Washington, concluímos que estas idéias partiram de fora para dentro da América Latina. Se assim foi, fica evidente que elas não estavam direcionadas para o aumento da competitividade dos países que acolheram estas idéias

(quem difundiria uma receita para ser superado?). O Consenso de Washington significou, nestes termos, a hegemonia da política econômica sobre a economia política, a subordinação ainda maior do trabalho ao capital e o agravamento das relações econômicas forjadoras da dependência. Tudo isso, logicamente, vestido de uma elegante roupagem de modernidade e eficiência econômica, além de incansavelmente defendida por um sem número de economistas e sociólogos. A descaracterização da economia política pela política econômica foi marcada por um gradativo processo de asfixia da crítica, o que incluiu a retirada de grande dose de história, política e pensamento marxista nas formações intelectuais das escolas latino-americanas, bem como a marginalização da categoria de totalidade, central para o entendimento do caráter recolonizador do consenso, e por isso mesmo banida da consciência popular.

A modernização capitalista, de acordo com a concepção dos idealizadores destas reformas, atuaria tendo em vista a modernização das empresas latino-americanas a partir da compra de bens de capital importados. Não podemos nos esquecer, todavia, do câmbio valorizado que acompanhou o início destas reformas, incentivando as importações. Esta modernização, por sua vez, elevaria o poder de competitividade das empresas latino-americanas, as quais, conseqüentemente, conquistariam maiores fatias no mercado internacional de bens e serviços. Uma questão de prazo, entretanto, é plantada entre o aumento das importações e o superior aumento das exportações: o primeiro ocorreria no curto prazo, e o segundo, somente no longo prazo. Assim sendo, era de se esperar, segundo estes reformadores, um déficit na balança comercial durante o curto prazo, e somente durante o curto prazo. Passado este período, a utilização dos “modernos” bens de capital aumentaria as exportações. Neste meio tempo, “os déficits em transações correntes poderiam ser cobertos com a entrada de capitais decorrentes do investimento direto estrangeiro, o qual criaria condições favoráveis ao crescimento da produção” (ARIENTI & CAMPOS, 2003, pág. 54).

A análise dos reais desdobramentos desta abertura comercial será traçada no

capítulo seguinte.

Em relação ao aprofundamento da abertura financeira, esta seria uma alternativa frente a possíveis e prolongados déficits em transações correntes. Para compensá-los, os países da América Latina deveriam flexibilizar a sua conta de movimentação de capitais, a fim de atrair o capital estrangeiro para que com isso se equilibrasse o balanço de pagamentos. Esta atração, dada em maior ou menor intensidade de acordo com as particularidades de cada país, responderia por fatores internos e externos. Em relação aos primeiros, destacam-se a elevação da taxa de juros – a qual também, segundo estes reformadores, frearia eventuais retornos da inflação –, “a definição de uma legislação que garanta a mobilidade do capital internacional” (ARIENTI & CAMPOS, 2003, pág. 58), a desregulamentação da conta de capitais e ainda sucessivos atos governamentais para incentivar a remessa de lucros como forma de atrair mais capital. Formava-se, portanto, o perfeito quadro para o capital estrangeiro: o mercado latino-americano, em especial o brasileiro, o chileno e o argentino, estava então muito mais atraentes após estas reformas: as barreiras ainda existentes sobre circulação de capitais foram derrubadas e a total desregulamentação das contas de capitais (sobretudo de curto prazo, com a pretensa finalidade de compensar déficits comerciais e de serviços) construíram o espaço perfeito para a expansão da especulação sobre a moeda e os títulos financeiros brasileiros. A dependência se manifesta sob a forma financeira cada vez mais clara na movimentação espoliativa de capitais e na velocidade em que passa a se dar a fuga de capitais, condenando um continente inteiro à condição de reféns da carteira de investimentos de grupos de acionistas internacionais.

Ao cenário interno de atração se somou um externo de repulsão. Pelo lado dos determinantes exógenos, se destacam a recessão econômica dos países centrais e a diminuição da taxa de juros dos mesmos. Tais fatores foram essenciais para a migração destes capitais, os quais saíram à procura de lucros maiores e mais fáceis.

Em relação ao Plano Real no Brasil, ele significou, em termos de economia financeira,

também uma estratégia de atração de capitais. Seu efeito mais positivo – o controle dos preços – deu-se a um elevado custo: sobrevalorização da moeda, desregulamentação da conta de capital, intensificação da abertura comercial e elevação da taxa de juros. Com isso, o Plano Real, mais que um caminho de controle inflacionário, representaria – salientando aqui o emprego do verbo no futuro do pretérito, visto tratar-se de hipóteses – um aprofundamento das relações comerciais do Brasil com os países centrais, em outras palavras, um projeto recolonizador de reprodução da dependência. O resultado desta maior interação, sob as bases de diferentes competitividades, será estudado mais adiante.

O Plano Real, portanto, não significava apenas um programa de estabilização da moeda, mas também, ao definir os contornos da inserção da economia brasileira na nova realidade internacional, buscava abrir caminho para a adoção de uma nova trajetória de desenvolvimento (ARIENTI & CAMPOS, 2003, pág. 40).

Esta perspectiva ignorou absurdamente a noção de que qualquer “nova inserção” da economia representaria apenas uma reprodução da dependência, dada as condições estruturais da dinâmica do capitalismo no Brasil não terem se alterado um milímetro. O real significado deste plano econômico pode ser assim apreendido:

Como consequência, não podemos observar o Plano Real – ou qualquer outra fórmula de estabilização na América Latina – como um conjunto de mecanismos que visam fortalecer a moeda, ajustar as contas públicas, dar mais eficiência para a economia, etc. Qualquer modalidade de estabilização será sempre um subproduto da estratégia recolonizadora em curso na América Latina, que visa acelerar a transferência de valor da periferia ao centro e jogar nas costas dos trabalhadores os custos deste processo pela via da superexploração da força de trabalho. Reproduzem-se, assim, os velhos mecanismos que dão vida à economia dependente e que marcam a especificidade do desenvolvimento capitalista na região, desde que foi integrado ao mercado mundial (OURIQUES et al, 1997, pág. 128).

A perspectiva de que o Plano Real objetiva uma “nova inserção” internacional do Brasil bem como uma redefinição de suas importações e exportações resulta teoricamente limitada ou, para ser mais preciso, estrategicamente falsa. Ao longo do próximo capítulo, se objetivará mostrar o quanto a função desempenhada pelo IED se chocou com a função que desempenharia o IED. Fracasso ou interesse de classe dos idealizadores deste plano? Como esperar uma “nova inserção” se a posição ocupada pela América Latina é produto histórico da ação de um modo de produção polarizador e “que não poderá existir outra ‘inserção da economia nacional’ diferente da atual, enquanto uma burguesia parasitária do Estado e super-exploradora em relação à força de trabalho dirigir os destinos da nação” (OURIQUES et al, 1997, pág. 128)?

Argumentava-se também que este aporte de capital teria a função de reformular as bases operacionais sobre as quais estavam fundadas as empresas brasileiras. No caso de estatais, o IED agiria comprando aquelas que estivessem apresentando elevados custos de manutenção para o Estado, ou seja, segundo os defensores destas reformas, as privatizações das empresas brasileiras beneficiariam o Estado, eximindo este do custo de manter uma empresa pouco competitiva quando da ampliação da abertura econômica. Antes que se identifique dois pesos (um para empresas privadas e outro para estatais), vale registrar que parte do IED se direcionou para as fusões: além da diminuição do aparato estatal e redefinição do papel do Estado, houve efeito semelhante sobre as empresas privadas. Muitas que não sobreviveriam face à abertura foram obrigadas a se incorporarem ao capital imperialista.

7 Essência: O papel que o IED desempenhou na modernização capitalista

Metodologicamente, o uso das categorias da dialética e da totalidade é de vital relevância no estudo do Investimento Estrangeiro Direto na América Latina. Neste sentido, a argumentação teórica necessita tratar não apenas da coisa em si, mas de sua relação com outras formações materiais que nela refletem e são refletidas. É sempre necessário um certo estudo científico, filosófico, um determinado procedimento metodológico, tendo em vista que o fenômeno, a formação material, não se manifesta ao homem exata e diretamente como ele é. É necessário um desvio (nos dizeres de Kosik, um *détour*) para compreender a coisa em si. “Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana” (KOSIK, 1989, pág. 9). Por isso, a aparência e a essência são desenvolvidos enquanto dois momentos necessariamente distintos da formação material. Distintos, mas relacionados entre si, de maneira que mesmo a aparência mostra-se um momento da essência: foi preciso entender o que o IED pretendeu representar – e que de fato é a representação feita por um sem número de economistas que defendem a necessidade real destes investimentos para o crescimento econômico – para compreendê-lo em sua totalidade concreta, como apenas parte de um todo que ultrapassa a esfera meramente econômica. Este capítulo analisará a função desempenhada pelo Investimento Estrangeiro Direto no âmbito do processo de modernização capitalista.

É equivocado acreditar que o IED se realiza com a instalação de uma multinacional em território latino-americano. Este é apenas um momento seu, o qual caracteriza o fenômeno apenas necessária mas não suficientemente. Por isso, a análise

aqui desenvolvida considerará o fenômeno em seu movimento, indo além da instalação da multinacional em solo latino-americano: é metodologicamente necessário estudar os efeitos deste movimento, e qual a relação que este efeito, já então um momento particular do mesmo fenômeno, tem com a formação material que integra enquanto parte. Assim, reafirma-se a proposição de que não existe uma história específica, pura e inalterável do Investimento Estrangeiro Direto, mas sim uma dinâmica peculiar deste e a outros fenômenos relacionada. Esta dinâmica é precisamente a manifestação, o funcionamento de sua essência, em luta, oposição, à sua aparência. Por meio desta, o IED insere-se numa unidade de fenômenos que compõem o ambiente material e espiritual no qual o homem vive e no qual ele muitas vezes acredita. Karel Kosik chamou esta unidade de pseudoconcreticidade. O IED se encaixa no universo da pseudoconcreticidade especificamente dentro do “mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *praxis* fetichizada, formas ideológicas de seu desenvolvimento” (KOSIK, 1989, pág. 11).

Antes de apontar de que maneira o IED agiu de fato sobre a economia dos países latino-americanos nas sucessivas ondas da modernização capitalista – isto é, antes de demonstrar que as “previsões” dos defensores da “modernidade” estavam erradas –, é relevante traçar algumas considerações sobre o quanto o desconhecimento da história impossibilitou a grande maioria dos governos e intelectuais latino-americanos a posicionarem-se de forma mais crítica sobre as reformas.

Em 1703, foi celebrado um acordo comercial entre Portugal e Inglaterra. Em virtude de um Coronel britânico, que agiu de forma decisiva para a “assinatura” deste acordo, o nome a ele dado foi Tratado de Methuen. Por meio deste, duas nações em estágios manufatureiros distintos concordaram em trocar a produção de vinho de uma (Portugal) pela de tecidos de outra (Inglaterra). Nos anos seguintes, não só a Inglaterra não cumpriu a sua parte do acordo, passando a não comprar vinhos portugueses no

volume em que comprou imediatamente após a assinatura, como também Portugal não pôde deixar de comprar os tecidos ingleses, pois o pequeno preço que este atingiu no mercado interno português arruinou a indústria têxtil deste país. Resultado do tratado, passados menos de 7 anos: Portugal arruinado, mas não completamente – os comerciantes de vinhos deste país continuaram a lucrar, ganhando com a dominação da Inglaterra sobre Portugal.

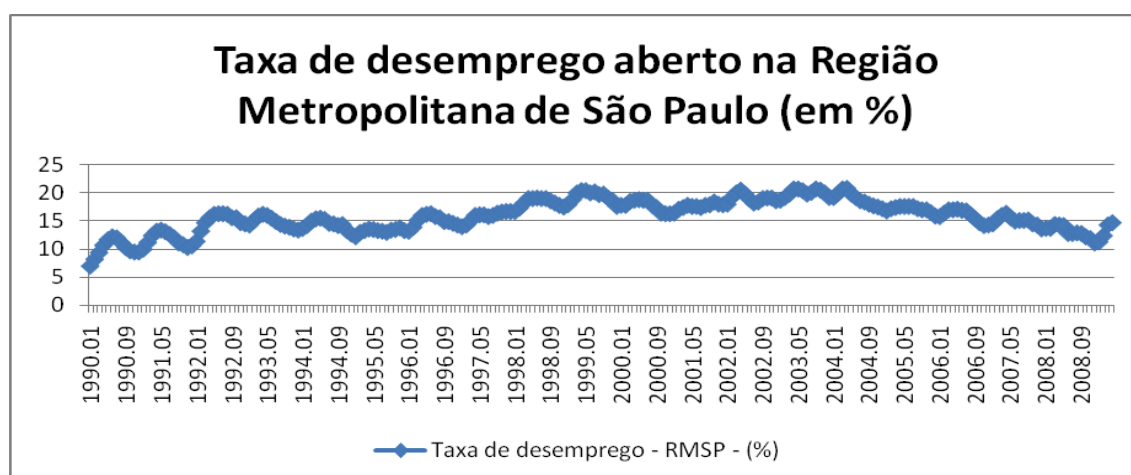
O conhecimento – e a reflexão sobre – dos resultados deste tratado certamente evitaria os efeitos ocorridos na América Latina após a intensificação da abertura comercial e financeira, quando as empresas latino-americanas tiveram de disputar mercado com empresas de países centrais. O que ocorreu não foi a distribuição de tecnologia, como afirmado pelos defensores destas reformas, mas sim a redução de custos por parte das empresas latino-americanas, como única forma de manterem-se vivas no mercado tomado de assalto por produtos de outros países. Como é de se esperar sempre que uma empresa se vê na necessidade de reduzir despesas, a mão-de-obra, composição variável dos custos de produção, é a primeira a ser afetada: ou os patrões reduzem os salários, agravando a super-exploração da força de trabalho, ou então estes trabalhadores são demitidos, o que, ao aumentar o exército industrial de reserva, reforça objetivamente as condições materiais para futuras desvalorizações do valor da força de trabalho. Esta decisão é fruto da própria condição de submissão, no modo de produção capitalista, do trabalho ao capital. Foi Marx quem primeiro e melhor identificou de forma precisa as origens e efeitos desta submissão, mas Smith, em 1776, já evidenciava esta submissão, ainda que apenas superficialmente. Sobre a disputa entre patrão e empregado, ele argumentou:

Não é, entretanto, difícil prever qual dos dois partidos deve, em todas as ocasiões ordinárias, levar a vantagem na disputa, e forçar o outro a aquiescer com seus termos. Os patrões, sendo em menor número, podem se combinar muito mais facilmente, e a lei, além do mais, autorizam, ou pelo menos não

proíbe, suas combinações, ao passo que proíbe as dos trabalhadores (SMITH, 1981, pág. 45).

Identificadas as particularidades de seu tempo e apreendido o caráter ímpar da economia latino-americana, pode-se dizer que novamente foi o trabalhador quem perdeu, com o custo do seu emprego e tudo aquilo que deste ele auferiu, com a modernização capitalista. Em São Paulo, maior cidade brasileira e segunda maior da América Latina, a evolução do desemprego pode ser descrita por meio deste gráfico:

Gráfico III – Evolução da Taxa de Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo.



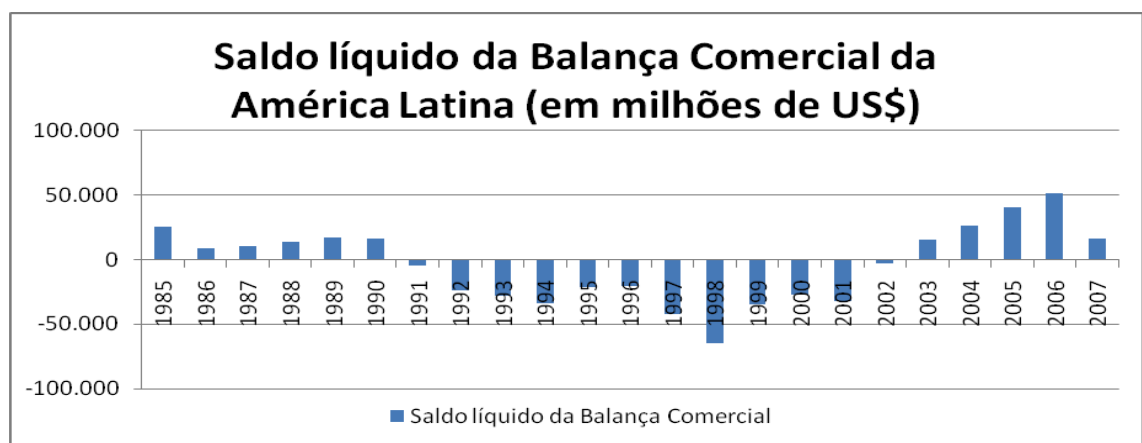
FONTE: Base de Dados do IPEADData.

Tal gráfico nos permite avaliar a evolução da taxa de desemprego nas cidades que compõem a grande São Paulo, partindo de 6,9% em janeiro de 1990, para 20,7% em abril de 2004, quando atingiu seu ponto mais elevado. Este sim é um efeito da ampliação da abertura comercial e financeira: nada mais representou que os movimentos de concentração e centralização do capital. Com o aumento do exército industrial de reserva, os salários diminuem e as condições de trabalho se deterioram. Na porta da fábrica, há centenas de interessados nas vagas ocupadas por aqueles que estão do lado de dentro destas portas: os salários são pressionados para baixo. Contribuindo

para o mesmo fim, um sem número de técnicas e processos organizacionais de produção deterioraram as condições de trabalho. A terceirização de etapas produtivas e mesmo a mercantilização de antigas garantias sociais completam o quadro de reforço na submissão do trabalho ao capital que representou os ajustes no capitalismo brasileiro nos últimos 20 anos.

Em relação à expectativa de que, com a ampliação da abertura econômica, a América Latina reduzisse seu crônico déficit, tanto comercial como de serviços, o que podemos de fato verificar é que o efeito foi justamente o contrário:

Gráfico IV – Evolução do Saldo da Balança Comercial da América Latina.



FONTE: Base de dados da UNCTAD.

O aprofundamento da abertura comercial se reverteu não em aumento da

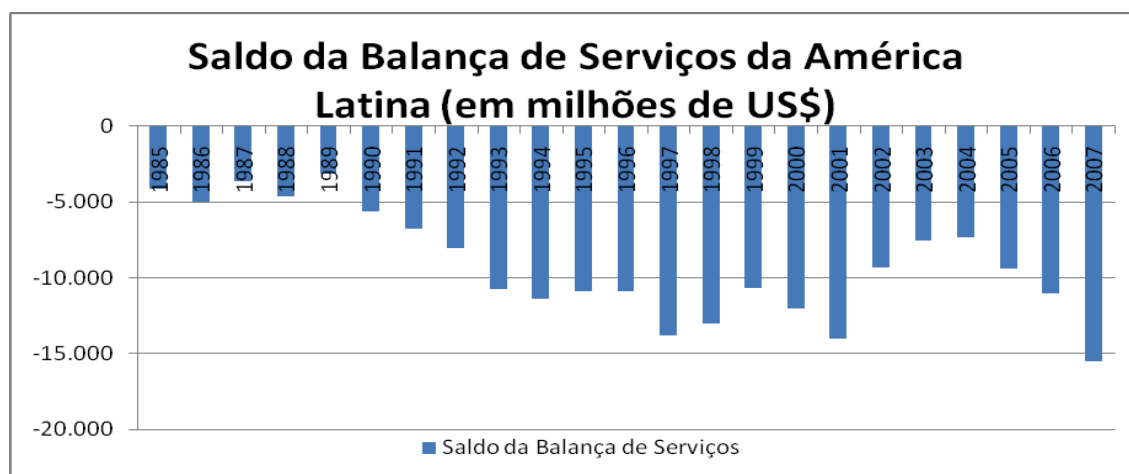
competitividade das empresas latino-americanas, mas sim na elevação das importações, e esta não se apresenta sob a forma de matérias-primas, mas sim de produtos industrializados. O saldo negativo da Balança Comercial se amplia com um cenário de moeda interna valorizada em relação ao dólar. Ao longo da década de 1990, a América Latina passou a comprar mais que vender, como demonstra o gráfico. Mas se considerarmos que estas empresas já não são em sua maioria latino-americanas de fato, mas sim empresas sediadas no estrangeiro que “contribuíram” com a América Latina por meio de seus investimentos, e levarmos em conta a pauta de exportação latino-americana (fruto de uma “nova” divisão internacional do trabalho que redefine os laços de dependência sob bases outras como a financeira e tecnológica), concentrada em produtos primários (como foram o açúcar, a borracha, o café, a banana em outros tempos), perceberemos que a situação é pior que apenas alguns milhões de diferença entre importações e exportações. O papel do IED neste contexto, que seria o de aumentar a produtividade das empresas dos países periféricos, resultou em sentido contrário: agravou a dependência do capital externo, por meio principalmente de sua concentração em privatizações e fusões.

Esta argumentação acerca dos efeitos da abertura econômica e da impossibilidade de o IED diminuir as diferenças históricas existentes entre centro e periferia se dá, sobretudo, por meio de dados. Com eles, se contrapõem argumentos utilizados por defensores desta economia aberta e a própria realidade dos países latino-

americanos envolvidos neste processo. Este confronto nos revela a inaptidão do pensamento neoliberal em trazer aos países latino-americanos receptores de IED novas alternativas de desenvolvimento, justamente por que este não é o seu real objetivo. Também nos permite, ao extrairmos metodologicamente o caráter estrutural da dependência latino-americana no capitalismo mundial, questionar qualquer projeto de Bem-Estar Social em nosso continente e qualquer programa de “nova inserção” na economia mundial que não se amparem na superação das relações de produção que ligam a América Latina de forma subordinada ao centro do sistema. Ao difundir o contato entre centro e periferia, esta concepção supranacional prega o livre-mercado nos países dependentes, os quais, parcialmente em virtude das exigências de organismos provenientes dos próprios países centrais e parte devido ao comprometimento de seus governos e suas elites, o acolhem como receita para o desenvolvimento. Por outro lado, nos países dominantes, o livre-comércio só existe da fronteira deles para fora, pois dentro, em sua economia nacional, é o protecionismo que garante e sempre garantiu a posição central ocupada por esses países: de fato, nenhum país tornou-se desenvolvido com a ajuda de outros países, mas sim mediante um grande esforço nacional de modernização autônoma.

Em relação à Balança de Serviços, também após a implantação das reformas o seu saldo, historicamente negativo, torna-se ainda mais deficitário:

Gráfico V – Evolução da Balança de Serviços da América Latina.



FONTE: Base de dados da UNCTAD.

A combinação de saldos negativos na Balança Comercial e na Balança de Serviços ocasiona um déficit em transações correntes de elevada quantia, o qual poderia ser ainda maior não fossem as valiosas remessas de migrantes latino-americanos¹⁷. Este déficit deve ser compensado por meio de movimentação de capitais, e na América Latina, dada as facilidades oferecidas por governos comprometidos com os interesses externos, estes têm sido especialmente de curto prazo. Este fato será decisivo para a compreensão da essência do IED.

Uma vez já identificados os fatores de atração do IED e revista a literatura sobre este, já se pode argumentar a respeito da sua essência, da sua finalidade. O Investimento Estrangeiro Direto visa retirar do país dele receptor mais do que investir.

¹⁷ Nos últimos anos, as remessas de migrantes têm sido maiores que o próprio investimento estrangeiro direto na América Latina. Contabilizadas oficialmente como transferências unilaterais, representam não mais de 70% das remessas totais, já que o restante dá-se por meios não oficiais e, portanto, não registradas. Em países como os da América Central, seu volume alcança grandes porcentagens do PIB (no Haiti, por exemplo, representam 25% do PIB e 150% do valor das exportações). Na América Latina inteira, tem sido uma importante fonte de recursos para as comunidades populares de onde partem estes migrantes. A teoria econômica dominante, no entanto, já que parte dos países centrais, marginaliza esta questão, que desde 2004 tem sido, se não a principal, a segunda maior forma de entrada de capitais na América Latina. Maiores informações sobre o tema e a incapacidade de a teoria econômica dominante explicá-lo podem ser encontradas em MAGALHÃES, L. F. A, FERRADAS, F. M. **Acumulação Mundial e Imigrações: Uma perspectiva latino-americana**. Relatório final de atividades PIBIC/CNPq – UFSC 2005/2006, mimeografado.

A receita é lógica: nenhuma empresa aportaria capital em um país se o lucro não fosse certo e não lhe fossem garantidas as possibilidades de transferência e reutilização desta mais-valia apropriada. Uma análise crítica a respeito do IED, por isso, passa necessariamente pelo seu ponto mais controverso – e talvez por isso seja o ponto menos comentado na literatura tradicional –, as remessas de lucros.

Alguns estudos mais recentes sobre a relação entre IED e remessas de lucros têm se concentrado em estimações matemáticas para quantificar até que ponto uma interfere na outra. Invariavelmente, estas pesquisas apontam sempre no mesmo sentido: quanto maior o IED, maiores as remessas.

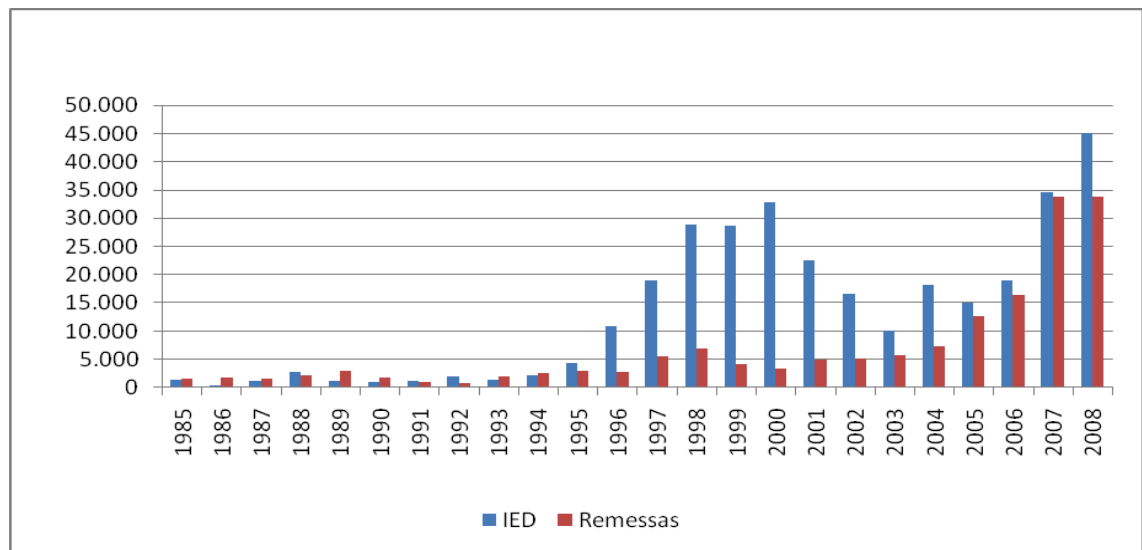
Nossos estudos indicam uma suposição que prevê que o recebimento de investimentos é uma força de condução para as remessas de lucros, mas também mostra que a economia brasileira – de acordo com os resultados da estimativa – estará orientada a aumentos extraordinários de remessas de lucros considerando o vasto capital registrado durante os passados anos 1990s (SEABRA & FLACH, 2005, pág. 3).

No entanto, muitos destes estudos não têm tratado sobre a questão maior que está por trás de IED e remessas de lucros, que é a posição ocupada pela América Latina dentro do capitalismo global. A apreensão do caráter espoliador do IED não se dará por meio de equações matemáticas ininteligíveis, mas sim, acreditamos, através da simples comparação entre o que aporta de capital na América Latina e o que deste é remetido para os países de origem das empresas estrangeiras. Estudos como o supra mencionado se utilizam de intrincadas equações e escondem o principal. Mesmo com os dados em suas mãos, os autores destes estudos os escondem em logaritmos, derivadas e integrais. De fato, não parece ser seu objetivo expor as reais pretensões do IED. De maneira ampla, a visível limitação crítica destes estudos reproduz a debilidade na construção do

novo: enquanto se deveria questionar o IED dado sua utilização recolonizadora, se problematiza, por meio de variáveis extra-econômicas e sociais, matematização teleológica e não apenas instrumental. Não podemos, portanto, conceituá-los de outra forma que não, apesar de sua profunda problematização matemática, representações de uma consciência ingênua da realidade, cumpridora da importante (e bem recompensada no âmbito da Universidade) tarefa de ocultar os fundamentos sociais da remessa de lucros e da espoliação imperialista. Não fazem mais que limitar-se à crítica permitida pelos organismos internacionais, escondendo atrás de uma suposta heterodoxia a defesa mais ortodoxa da liberdade de circulação destes capitais. Embora letrados e dominadores das mais difíceis técnicas e procedimentos econométricos, contribuem para a condensação da névoa ocultadora dos fundamentos políticos e imperialistas do capital estrangeiro. Acreditam ainda nos mitos da transferência de tecnologia e da ajuda estrangeira, ao passo que ignoram a dependência tecnológica. Fazem do tema das remessas o único dos “pontos negativos” do IED. Falta-lhes dramaticamente o uso da categoria da totalidade.

Gunder Frank, por outro lado, demonstrou, com base nos números de organismos oficiais dos EUA, que as remessas de lucros superaram, entre 1947 e 1960, o montante de IED. Sob os números referentes aos últimos dez anos, vital no contexto das reformas, eles são reunidos neste gráfico:

Gráfico VI – Investimento Estrangeiro Direto e Remessas de Lucros no Brasil.



FONTE: Base de dados da UNCTAD.

A superioridade do IED entre 1995 e 2003 em relação às remessas de lucros pode dar a falsa impressão de ajuda externa. No entanto, o fato deste capital ter-se concentrado no setor de serviços, e dentro deste sob a face de fusões e aquisições, portanto privatização do aparato estatal, expressa sobremaneira a real intenção destes investimentos: lucrar com a desnacionalização das empresas estatais latino-americanas. Foi em 1999, ano de pico da entrada de IED, que se deu também o auge das privatizações. Em paralelo, empresas nacionais destes países latino-americanos vão à ruína diante de condições adversas no mercado cada vez mais aberto e desregulamentado, tendo que competir com grandes conglomerados empresariais, ou seja, sujeitando-se com maior ênfase aos grupos determinantes dos preços internacionais das mercadorias, os oligopólios globais. Esta fase de vendas de empresas

estatais ao capital estrangeiro – vendas muitas vezes utilizadas com moedas podres, financiadas pelo próprio Estado e, em alguns casos, ainda não pagas – atingem o seu auge em 1999. Por esta razão, as remessas de lucros neste ano são mínimas em relação ao IED: a euforia do capital imperialista se explica pela possibilidade de lucros fáceis e aquisição barata de ativos. Não por outro motivo, nesse ano deu-se no Brasil a crise cambial que se convencionou chamar de “sexta-feira negra”, ao dia 29 de janeiro. A combinação entre valorização do Real e câmbio flutuante eclodiu no vertiginoso aumento da dívida pública brasileira, a qual saltou de R\$388 bilhões no último mês de 1998 para R\$500 bilhões no mês da referida crise.

No que concerne especificamente ao Brasil nos últimos anos,

“as remessas de lucros e dividendos ao exterior, feitas por empresas multinacionais e investidores estrangeiros no mercado de capitais, triplicaram no governo Lula. De US\$5,1 bilhões em 2002, essas remessas totalizaram US\$15,5 bilhões neste ano, no acumulado em 12 meses até novembro (de 2006, LFAM). E podem superar os US\$16 bilhões no fechamento do ano, segundo projeção do Depec (Departamento de Estudos Econômicos) do Bradesco.”¹⁸

A reportagem, veiculada no conservador jornal Folha de São Paulo, continua, afirmando que “a expansão das remessas vem desde o início da década, mas ganhou força nos dois últimos anos em consequência da explosão do lucro das empresas – especialmente das exportadoras.”¹⁹ A atual política econômica brasileira, extensão das políticas econômicas anteriores e a elas essencialmente idêntica, é, aliás, feita por e para estas empresas. Num país onde o elevado índice de lucratividade destas empresas coexiste com um pífio crescimento econômico, fica claro tratar-se de uma economia auxiliar, complementar, anexa. Assim o é como fora nos tempos coloniais: da mesma

¹⁸ BALBI, Sandra. Remessa de lucro triplica no governo Lula. **Folha**, São Paulo, 25 Dezembro 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113350.shtml>. Acesso em 14 Janeiro 2007.

¹⁹ Idem.

forma, os interesses que regulam a economia têm sua origem desde fora. Neste sentido, não causa estranheza declarações como a do Sr. Octavio de Barros, funcionário do Bradesco na área de pesquisa macroeconômica: “O crescimento das remessas de lucros é um *ótimo sinal*, mostra que o Brasil está no radar do investidor internacional como um bom lugar para investir e ganhar dinheiro”²⁰ (Grifo LFAM). Com um posicionamento orientado para a satisfação dos interesses centrais através das classes dominantes brasileiras, o capital imperialista, por sua vez, age não só como se fosse proprietário das reservas naturais e econômicas brasileiras – forma idêntica a qual age em relação aos outros países latino-americanos – mas também como se estivesse fazendo um favor para o país dependente. “Mas há empreendimentos de que não podemos abrir mão.”²¹ Foi o que declarou Maurício Bähr, presidente da filial brasileira da empresa Suez Energy, em relação aos projetos da multinacional que podem ser barrados por questões ambientais. Impedimentos deste tipo se mostram uma séria ameaça ao envio de um volume cada vez maior de lucros, uma vez que “a lógica é que, quanto mais os estrangeiros investirem dinheiro no país e melhor andarem seus negócios, mais lucros terão para remeter às suas matrizes.”²² Não se pode, portanto, permitir que o meio ambiente interfira na rentabilidade destes projetos, por mais que esses projetos interfiram no meio ambiente.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza-se para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros. O

²⁰ Idem.

²¹ “Regra para investir no país é boa, mas não funciona”. **Agência Estado**: online. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1364855-5599,00.html> . Acesso em 13 Janeiro 2007.

²² BALBI, Sandra. “Remessa de lucro triplica no governo Lula”. **Folha**, São Paulo, 25 Dezembro 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113350.shtml> . Acesso em 14 Janeiro

IED é o fenômeno: um de seus momentos, a aparência, indica que estes investimentos são agentes do crescimento econômico nos países dependentes, visto distribuir tecnologia, ampliar laços comerciais, modernizar economias, aumentar competitividade de empresas até então fora da lógica “concorrencial” do mercado mundial; outro momento seu, a essência, revela que o capital aportado é parte de uma acumulação anterior utilizado para outra acumulação, posterior. Neste ciclo, os países centrais drenam sistematicamente recursos financeiros e naturais, os enviando aos países centrais como remessas de lucro. “O fenômeno não é, portanto, outra coisa senão aquilo que – diferentemente da essência oculta – se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência” (KOSIK, 1989, pág. 12)

Como a essência – ao contrário dos fenômenos – não se manifesta diretamente, e *desde que o fundamento oculto das coisas deve ser descoberto mediante uma atividade peculiar*, tem de existir a ciência e a filosofia. Se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis (KOSIK, 1989, pág. 12)

A compreensão e a decomposição do todo se desenvolvem paralelamente, e mostram-se tão necessárias quanto a compreensão e o domínio do fenômeno em particular, visto ser a categoria da totalidade concreta uma etapa, filosófica, do conhecimento empreendido na tarefa de romper a aparência e chegar à essência. Neste desvio, é de primeira ordem definir e separar representação de conceito, ideologia de teoria, movimento visível de dinâmica interna etc.

Identificada a essência do fenômeno, torna-se necessário explicá-lo não apenas enquanto momento da formação material, mas também em sua relação com ela. A essência, neste sentido, “representa precisamente o conjunto de todos os aspectos e ligações necessários e internos (leis), próprios do objeto, tomados em sua interdependência natural” (CHEPTULIN, 1982, pág. 276). Já o fenômeno, por sua vez, “representa a manifestação desses aspectos e ligações, na superfície, mediante uma

grande quantidade de desvios contingentes (CHEPTULIN, 1982, pág. 276). Mesmo estável em relação ao fenômeno, a essência experimentou, ao longo do movimento do fenômeno do qual é momento, uma certa mutação. Apropriando-se de Lênin, Cheptulin, por exemplo, considera que o capitalismo teve sua essência alterada quando da passagem de seu estágio pré-monopolista (livre-concorrencial) ao monopolista (imperialista):

A exportação de mercadorias, nesse mesmo período, passa para um segundo plano e o que se torna então dominante é a *exportação de capitais* etc. Tudo isso mostra que, com a chegada do capitalismo ao estágio do imperialismo, sua essência sofre certas mudanças, embora sua natureza tenha permanecido imutável (CHEPTULIN, 1982, pág. 280. Grifo LFAM).

Assim, temos que a essência das formações materiais pode também estar sujeita a um certo tipo de movimento, decorrente este de alterações no próprio fenômeno. A essência do IED, portanto, poderia deixar de ser a de extração sistemática de recursos econômicos e naturais por parte dos países centrais nos países dependentes por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior via de regra maior, para ser qualquer outra coisa de tipo qualitativamente diferente, a medida que governos nacional-populares nacionalizam reservas naturais e limitam a saída de recursos do país. Desta perspectiva de mudança na histórica drenagem de recursos é que nasce grande parte das ideologias publicitárias contra estes governos, taxados de “populistas” num contexto socioeconômico ainda não justificado teórica e metodologicamente para o uso de tal expressão.

Sobre as perspectivas de diversificação das exportações e de estabilização econômica, deve-se avaliar que, em paralelo, a dívida pública explode, comprometendo sobremaneira não apenas o sucesso destas perspectivas como também a vida de milhões de cidadãos que efetivamente são pagadores deste déficit.

“O quadro global é, portanto, de crescente instabilidade no programa de estabilização, que pode ser resumida da seguinte forma: as altas taxas de

juros são necessárias para a estabilização, mas comprometem o setor produtivo e explodem o déficit público; a moeda valorizada impede o dinamismo das exportações e aumenta a capacidade das importações, criando déficits comerciais; estes são ampliados pelo processo de diminuição das tarifas ou alíquotas para importação, multiplicando o endividamento das empresas, fragilizando-as de maneira mais ou menos generalizada; o desemprego é um resultado necessário deste processo (OURIQUES et al, 1997, pág. 139).

No tocante ao capital aportado, reforça-se, ele nada mais é do que o capital remetido ao país central num momento anterior. É capital reutilizado. Não é capital novo. Não fica difícil, com isso, apontar quem lucra: os países centrais. Por que lucram? Por que perdem os países latino-americanos. Sobre este capital reutilizado, tratado convencionalmente sob o nome de re-investimentos, faz-se necessário um maior aprofundamento.

7.1 Reinvestimentos: válvula de drenagem de recursos

O gráfico VI, ainda que exponha acertadamente o crescimento das remessas de lucros de investimentos estrangeiros diretos no Brasil desde 1985 (superior a 2.000%), não revela, pelo contrário encobre, a real significação do IED no Brasil neste período. De fato, apenas uma pequena parcela deste capital aportado constitui-se de capital estrangeiro novo: sua parcela fundamental é composta das remessas de lucros anteriores convertidas em reinvestimentos. Não restam dúvidas de que estamos diante da mola propulsora deste montante fictício e do véu ocultador de sua composição. O inicial a ser exposto, no entanto, é de que também não se trata de nenhuma novidade.

No projeto que apresentamos à câmara, e ao qual já aludimos, disciplinando as transferências de rendas de investimentos estrangeiros, propusemos que não continuassem a ser considerados como capital alienígena,

indiscriminadamente, os reinvestimentos oriundos de lucros obtidos no País por empresas estrangeiras. Não se pode admitir, efetivamente, que, além de remeterem para o exterior lucros e dividendos compensadores, continuem os capitais estrangeiros em crescimento constante sem o correspondente ingresso de recursos próprios trazidos do exterior, o que onera sobremaneira o nosso balanço de pagamentos. Além dessa providência, que o aludido projeto de lei contempla, salta à vista a necessidade de uma lei específica fixando normas para tais reinvestimentos, Acreditamos que a lacuna seria preenchida com base nos seguintes princípios:

1º) Os reinvestimentos de lucros e dividendos de capitais estrangeiros aplicados no País serão registrados pela Superintendência da Moeda e do Crédito quando considerados de indubitável interesse para a economia nacional.

2º) Somente se registrará, como investimento novo, a parte dos lucros e dividendos que tiver sido deduzida da renda anual legalmente transferível para o exterior.

3º) O valor dos pagamentos de juros e amortizações de empréstimos, créditos ou financiamentos externos, obtidos por empresas de capitais estrangeiros, será incorporado no investimento primitivo quando as respectivas parcelas tiverem sido deduzidas da rendas legalmente transferíveis para o exterior.

4º) O registro das parcelas indicadas anteriormente será feito à medida que se realizarem os pagamentos (MAGALHÃES, 1960, págs. 222 e 223).

A citação acima faz referência ao projeto de legislação apresentado por Sérgio Magalhães, deputado do PTB entre as décadas de 1950 e 1960 e presidente da Frente Parlamentar Nacionalista no mesmo período, ao Congresso Nacional em 1960 para o controle dos reinvestimentos. A oposição de interesses que se levantou em torno a este projeto é bastante ilustrativa a respeito da importância que têm os reinvestimentos para a construção do mito da essencialidade do IED no processo de desenvolvimento nacional. Quando a proposta limitadora de remessas de lucros era debatida no Congresso Nacional, ao início da década de 1960, Lincoln Gordon, embaixador dos

Estados Unidos no Brasil, não apenas concordou com o teto de remessas de 10% dos lucros, como ainda propôs um rebaixamento deste limite a 6%, desde que os reinvestimentos fossem catalogados como capital registrado. A operação é simples e reveladora: a margem de lucro dá-se conforme o capital registrado, de modo que qualquer adicional sobre este significa imediatamente uma maior remessa de lucros. O embaixador entendeu que o mais importante não é o teto de remessas em si, mas sim a base sobre a qual este limite vai incidir. Sabedor de que o capital inicial registrado é sempre muito pequeno, angariado mediante empréstimos junto as governos latino-americanos, preferiu por abrir mão no teto e ganhar na base de cálculo, mantendo intacta a forma de atuação da bomba de drenagem de recursos que representa o reinvestimentos no âmbito do Investimento Estrangeiro Direto. Não somente o significado deste reinvestimento mas também a forma com que funciona esta bomba podem ser melhor analisadas na tabela abaixo:

Tabela I – Reinvestimento e Prazo de Retorno do Capital Estrangeiro na América Latina (Simulação com TIR de 16%).

Ano	Capital Registrado	Lucro	Reinvestimento	Remessas	Remessas Acumuladas
1	100	16	6	10	10
2	106	17	7	10	20
3	123	19	7	12	32
4	130	21	8	13	45
5	138	22	8	14	59
6	146	23	8	15	74
7	154	25	10	15	89

8	164	26	10	16	105
Total	164	169	64	105	105

Fonte: KUCINSKI & BRANFORD.

Com base nesta tabela, hipótese que se aplica a qualquer momento histórico, respeitada a taxa de lucros de 16%, fica evidente, pois, a importância dos reinvestimentos na ocultação do quanto é restrito o capital novo aportado à América Latina. Sua função é não apenas o de propiciar, com base sua catalogação como capital registrado, uma maior magnitude na remessas de lucros como também, por meio da transformação de remessas em novo IED, lubrificar a bomba da drenagem de recursos. Na tabela acima, supondo uma taxa de lucro de 16% sobre um capital registrado de, por exemplo, US\$100 milhões, tem-se um período de 8 anos de recuperação do capital inicial e, ainda, um crescimento de 64% no capital registrado total, unicamente em razão das remessas, sem ter sido acrescido um centavo de capital estrangeiro ao capital registrado inicial. A função dos reinvestimentos foi executada com sucesso: elevou o capital registrado e permitiu que, em um período de 8 anos, todo este capital registrado já fosse recuperado sob a forma de remessas de lucros. O quadro é ainda mais dramático se tivermos em mente que a parte substancial destes investimentos é arrecadada nas economias dependentes mesmo, em operações de isenções e benefícios fiscais e tomada de empréstimos no exterior através do Estado. Mais uma vez está claro que não se trata de um montante de recursos nem grande nem pequeno, mas inferior.

E não se trata também de nenhuma novidade o fato de ser exíguo o capital aportado pelas economias centrais na periferia do sistema. Smith, no Livro IV de A Riqueza das Nações, escrevendo sobre a política externa da França para suas colônias, considerou que

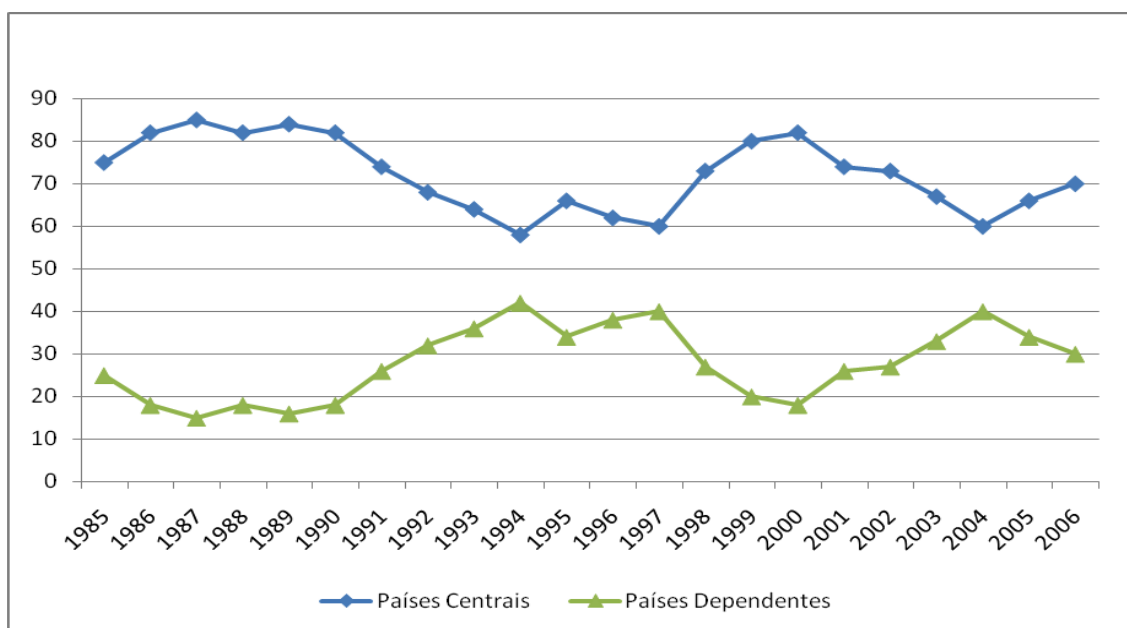
Importa observar que o capital que gerou o desenvolvimento das colônias

açucareiras da França sobretudo da grande colônia de Santo Domingo, tem provindo quase inteiramente do aprimoramento e cultivo gradual dessas colônias. Ele tem sido quase inteiramente o produto do solo e do trabalho dos habitantes das colônias, ou, o que é a mesma coisa, o preço dessa produção gradualmente acumulada pela boa administração, e empregada em conseguir uma produção ainda maior (SMITH, 1982, Livro IV, pág. 84).

Somam-se a esta modalidade de drenagem de recursos muitas outras. Ainda que absolutamente importantes, pois reveladoras também do colonialismo intelectual em que se assenta a grande maioria dos estudos sobre a formação econômica e social da América Latina, ultrapassam o escopo deste trabalho, exigindo linhas próprias sobre elas. Destacamos, no entanto, que, dentro do comércio intra-firmas (ou seja, no interior das cadeias mercantis dos grandes grupos monopolistas internacionais), desenvolve-se uma prática comum de sub-faturamento dos preços dos insumos importados pela sede nos países centrais e de super-faturamento dos preços das mercadorias importadas pelas subsidiárias dos países dependentes, ocasionando uma outra forma de transferência de valor que não se enquadra nas limitadas contas do Balanço de Pagamentos e é marginalizada, ainda, pelos estudos sobre o comércio internacional.

Relevante ainda para a compreensão do tema é a participação dos países centrais e dos países periféricos no montante mundial do IED. O seguinte gráfico nos mostra esta divisão:

Gráfico VII – Distribuição do IED Entre Países Centrais e Dependentes.



FONTE: base de dados da UNCTAD.

Não fica difícil observar, portanto, que são as migalhas do total do IED no mundo a parte reservada aos países periféricos, incluindo nesta categoria a América Latina, a África e a Ásia. Se a função tanto apregoada ao IED – aumentar competitividade dos países periféricos – fosse condizente com a realidade das relações entre os países, dever-se-ia esperar maiores fluxos para os países periféricos. Como tal não é o que acontece, a conclusão imediata é a de que o IED não se trata de um mecanismo de ajuda, mas de interferência estrangeira não apenas na esfera econômica, mas também política, social, cultural, científica e tecnológica dos países dependentes. Ao alterá-las conforme interesses desde fora, aprofunda sobremaneira o caos social vigente nesta região.

Este quadro de concentração do IED nos países centrais, enquanto produto claro de uma questão totalizante que é o mercado mundial, tende apenas a se agravar. “O investimento direto externo (IED) nos países *emergentes* deve ficar estagnado nos próximos dois anos. (...) Como a fatia da China continuará a crescer, os demais países, inclusive o Brasil, disputarão uma parcela menor”²³ (Grifo LFAM). A reportagem

²³ Investimento externo nos emergentes vai estagnar, diz estudo. **Valor Online**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1265550-5599,00.html>. Acesso em 10 Janeiro 2007.

segue, afirmando que, segundo um estudo norte-americano, o IED global continuará crescendo, em decorrência principalmente do processo de fusões e aquisições entre as empresas dos países centrais. “Segundo o estudo, o IED global atingirá US\$1,165 trilhão este ano (alta de 22% em relação a 2005). Mas crescerá só 5% nos próximos dois anos. O fluxo de IED para os países emergentes chegará a US\$410,6 bilhões este ano (alta de apenas 2,8% sobre 2005). E deverá cair 0,7% nos próximos dois anos.”²⁴

Desta forma, define-se o Investimento Estrangeiro Direto dentro de um marco teórico-metodológico totalizante, o qual conceitua este fenômeno não apenas enquanto uma coisa em si, mas também, e principalmente, o faz em sua relação com outros fenômenos, como o aumento da taxa de desemprego, o agravamento de índices econômicos (balança comercial e balança de serviços), e, especialmente, a ampliação dos laços de dependência que unem a América Latina aos países do centro do mercado mundial, por meio da histórica transferência de recursos, dentro da qual a remessa de lucros se insere enquanto parte, momento.

8 Conclusões

Para além das aparências e do discurso, o plano de modernização econômica para a América Latina visa a reprodução dos laços de dependência que acorrentam esta região. Falar em fracasso na obtenção dos objetivos destas reformas é aceitar que elas pretendiam mesmo a distribuição de tecnologia, a diminuição das diferenças entre centro e periferia, o aumento da competitividade dos países da América Latina. É ignorar, portanto, o caráter de classe da modernização capitalista no continente. Mais

²⁴ Idem.

que isso, é desconsiderar a completa falácia expressa no ideário de que os países centrais formulam políticas econômicas para beneficiar os países dependentes. O Tratado de Methuen, nestes termos, teria muito a nos dizer a respeito das conseqüências de um acordo comercial entre países em estágios manufatureiros distintos. As categorias de tempo e espaço, enquanto elementos metodológicos necessários não apenas para o estudo teórico mas também para a atividade cotidiana, é de fundamental importância na tarefa de correlacionar os fenômenos. Por isso falar em algo tão antigo mas absolutamente reeditado como o Tratado de Methuen. “A tridimensionalidade do tempo se desenvolve em *todas* as épocas: se agarra ao passado com os seus pressupostos, tende para o futuro com as suas conseqüências e está radicada no presente pela sua estrutura (KOSIK, 1989, pág. 217). Assim, os fenômenos demonstram delimitar seu próprio tempo, de maneira a, em decorrência do constante movimento a que a realidade concreta está sujeita e pelo qual é determinada, lançarem sempre lições – reflexos – sobre outros tempos, outros espaços – em suma, outras realidades – mas em conformidade no que tange ao aspecto material de sua essência. Neste sentido, os interesses impregnados no Tratado de Methuen, em especial os interesses ingleses e os da burguesia lusitana, demonstram serem os indícios germinais dos interesses dos países situados ao centro do sistema, por trás do supostamente “fator econômico” expresso por meio do Investimento Estrangeiro Direto. Quando do momento da intensificação da abertura econômica nos países latino-americanos, as conseqüências são ainda mais danosas. Como o exposto anteriormente, o livre-comércio resultou em aumento do desemprego, elevação do saldo deficitário tanto da balança comercial como da de serviços. O IED desempenhou neste ínterim o papel de gerar remessas a ele superiores. Seria ingenuidade acreditar em ajuda entre centro e periferia. O próprio conceito de integração, propalado quando da efetivação das reformas, mostra-se apenas ser possível quando há entre os países envolvidos uma identidade a eles comum e superior. Não é o caso da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Poderia ser o do Mercosul, não

fosse a total incapacidade das burguesias destes países sustentarem um projeto de desenvolvimento autônomo.

Para se apontar a essência do fenômeno compreendido pelo Investimento Estrangeiro Direto, o marco teórico-metodológico do materialismo, expresso nesta pesquisa principalmente com a categoria da totalidade, foi de vital importância. Num primeiro olhar, todas as formações materiais nos aparecem apenas em sua aparência, a qual não se identifica com a real configuração, o real significado, do fenômeno. Disto resulta a importância metodológica do desvio rumo à essência, caminho percorrido com o uso da ciência e da filosofia. Sem estas, qualquer conclusão é especulação, e toda certeza se fundará sobre falsas hipóteses ou premissas absolutamente incondizentes com a realidade concreta. A categoria da totalidade, por sua vez, integra o fenômeno a um marco a ele superior e do qual ele é parte, ou seja, conceitua o fenômeno também no âmbito das suas relações, do seu movimento, e da contradição entre suas partes internas. Esta conduta no que se refere ao IED demonstrou não apenas a incapacidade teórica de todo e qualquer estudo que se funde na análise específica deste fenômeno e ignore suas relações com o todo como também o próprio papel desempenhado pelo IED no todo. À medida que a configuração do IED dá-se conforme a posição ocupada pelo país no mercado mundial, este investimento, objetivando a reprodução cíclica da dependência e da exploração, demonstra ser produto e produtor da realidade concreta na qual se insere. O movimento de aporte e remessa de capital é, por sua vez, cíclico, pois todo o aporte é efetivado com o capital previamente remetido. Ocorre, portanto, a reprodução do capital latino-americano na própria América Latina: o capital estrangeiro é o motor deste ciclo e este, por sua vez, só opera com a anuência das elites locais, anexas e subordinadas em relação à burguesia dos países centrais.

A análise das reformas modernizadoras e do papel do IED nelas não se deu por ideologia. Um rigoroso caminho teórico e metodológico foi percorrido até chegar à conclusão de que tanto as reformas quanto o IED tencionaram e tencionam – pois a

exploração acontece a partir das relações de produção atualmente desenvolvidas – a reprodução da dependência latino-americana. Entretanto, mudanças nascidas dentre o povo latino-americano, visualizadas através de governos nacional-populares na Venezuela, na Bolívia e no Equador e de possibilidades reais de a esquerda chegar, dentro ou fora das esferas da institucionalidade burguesa, ao poder, dão a certeza de que o momento de mudanças chegou. A força popular, surgida do interior destas economias prejudicadas pelas reformas, é lição àqueles países que, como o Brasil, ainda tardam na construção de uma alternativa crítica, sobretudo nacionalista. A ação que o capital estrangeiro historicamente desenvolve de reforçar as estruturas de dominação imperialista tem sido crescentemente questionada: é neste âmbito que este trabalho se insere.

Estas páginas buscaram demonstrar que a estratégia revolucionária em nosso continente não pode menosprezar a vocação imperialista do capital estrangeiro. Da mesma forma, deve conceber que o próprio sub-imperialismo brasileiro, enquanto resultado objetivo da dialética do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é também um poderoso entrave à integração em nosso continente. Como trabalhado nestas páginas, a ação do capital estrangeiro na América Latina tem no IED uma de suas ferramentas reforçadoras da dependência, mas não se trata, logicamente, da única. O tema do sub-imperialismo e a análise destas formas sobre a qual o capital imperialista se apresenta nos evidencia que não há, portanto, possibilidade de saída ou superação da dependência dentro da ordem capitalista, dado que o subdesenvolvimento é produto necessário do desenvolvimento do capitalismo em esfera mundial. Logo, a estratégia revolucionária deve estar, também, centrada na categoria de totalidade. É a partir dela que identificamos estratégias de superação histórica da dependência, que passam necessariamente pela crítica ao capital estrangeiro, razão destas páginas.

Referências

Agência Estado: online. Regra para investir no país é boa, mas não funciona.

Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1364855-5599,00.html> . Acesso em 13 Janeiro 2007.

AGUILAR, A; BERNAL, V; GUILLÉN, A; VIDAL, G. **El Capital Extranjero em México**. México, D.F: Editora Nuestro Tiempo, 1986. 256p.

ARIENTI, Patrícia F. F.; CAMPOS, Antonio Carlos de. Uma análise crítica do modelo de crescimento econômico brasileiro da década de 1990. **Pesquisa & debate**. v. 14, n.1. 2003. Pág. 54.

BALBI, Sandra. Remessa de lucro triplica no governo Lula. **Folha**, São Paulo, 25 Dezembro 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113350.shtml>. Acesso em 14 Janeiro 2007.

BUKHARIN, N. I. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 166p.

CAPUTO, Orlando; Pizarro, Roberto. **Dependencia y Relaciones Internacionales**. 2ª edição. San José: EDUCA, 1982. 284p.

CASTRO, F. **A Dívida Externa**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1986. 152p.

CUEVA, Agustín. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983. 212p.

CHEPTULIN, Alexandre; FERRAZ, Leda Rita Cintra. **A dialética materialista : categorias e leis da dialética**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. 354p.

COGGIOLA, Osvaldo. **Universidade e Ciência na Crise Global**. São Paulo: Xamã, 2001. 176p.

COOPER, Charles e CLARK, Norman. **The transfer of technology to Latin America – Summary**. University of Cambridge, 15 Fevereiro 1972.

CÓRDOVA, Armando. **Inversiones Extranjeras Y Subdesarrollo: El modelo primario exportador imperialista**. 2ª edição. Caracas: UCV, 1979. 256p.

FRANK, André Gunder. **América Latina: Subdesarrollo o revolución**. Buenos Aires: Era, 1976. 357p.

GRIFFIN, K. **Desigualdad Internacional y Pobreza Nacional**. México, D.F: Fondo de Cultura Economia, 1984. 230p.

GUERRA, Ramiro. **Azúcar y Población en las Antillas**. La Habana: Editorial Sociales, 1927.

Hand-Book Of Statistics. Disponível em www.unctad.org. Acesso em Agosto de 2008.

HINKELAMMERT, Franz J. **A Dívida Externa da América Latina: O automatismo da dívida**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989. 112p.

HYMER, S. **The international operations of national firms: a study of foreign direct investment**. University of Chicago (Ph.D dissertation), 1976.

HOBSBAWM, E.J. (Eric J.). **A era dos impérios, 1875-1914**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 546p.

Investimento externo nos emergentes vai estagnar, diz estudo. **Valor Online**. Disponível em:

<http://g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1265550-5599,00.html>. Acesso em 10 Janeiro 2007.

KINDLEBERGER, C. P. **American business abroad: six lectures on direct investment**. New Heaven: Yale University, 1969.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra Editora, 1989. 230p.

KUCINSKI, B; BRANFORD, S. **A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino-americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 232p.

LIST, Friedrich; HODGSKIN, Thomas. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 338p

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise**

marxista. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora. 112p.

MAGALHÃES, L. F. A; FERRADAS, F. M. **Acumulação Mundial e Imigrações: Uma perspectiva latino-americana**. 31 páginas. Relatório Final de Atividades PIBIC/CNPq 2005/2006. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 422p.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y Revolución**. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1980. 207p.

MARINI, Ruy Mauro; SADER, Emir. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. 295p.

MARTINS, Luciano. **Nação e Corporação Multinacional**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975. 155p.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política**. Volume 1. Siglo Veintiuno Editores, 1857-1858.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: (I- Feuerbach)**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. 138p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 72p.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. Seleções CEBRAP, 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.134p.

OURIQUES, Nildo Domingos, et al. **A Crise Brasileira e o Governo FHC**. 1ª Edição. Florianópolis: Xamã Editora, 1997. Pág. 139.

OURIQUES, Nildo Domingos, et al. **No Fio da Navalha. Crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2ª edição. Florianópolis: Xamã Editora, 1998. 279p.

OURIQUES, N (Org). **Raízes no Libertador: Bolivariano e poder popular na Venezuela**. Florianópolis: Insular, 2º ed. Rev., 2005. 160p.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2008. 430p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: Editora do ISEB, 1960. 2v.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2v. 1328p.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. 332p.

PREBISCH, Raul. **A Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1968.

RIBEIRO, D. **Estudos de Antropologia da Civilização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. 266p.

RIBEIRO, D. **O Dilema da América Latina: Estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983. 276p.

RIBEIRO, D. **O Processo Civilizatório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 266p.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e de tributação**. 3ªed. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.

SÁ, MARCELO MORGADO DE. **Determinantes do investimento direto externo (IDE) no Brasil : uma análise gravitacional**. Florianópolis, 2006. 70 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Economia.

SEABRA, Fernando and Lisandra Flach. Foreign direct investment and profit outflows: a causality analysis for the Brazilian economy, **Economics Bulletin**, Vol. 6, No.1, 2005

SILVA, Ludovico. **Anti-Manual Para Uso de Marxistas, Marxólogos y Marxianos**. 3ª edição. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979. 278p.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Hemus, c1981. Pág. 45.

STEDILE, J. P; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

